

5

Estudo de campo

5.1

Metodologia

Nesse item, apresentaremos considerações sobre alguns instrumentos de investigação de ordem qualitativa. A partir de uma pesquisa bibliográfica sobre esse tipo de metodologia, alguns instrumentos de pesquisa foram previamente estipulados e identificados como adequados aos objetivos desta tese. Tais instrumentos e seus potenciais articulatórios com este texto serão abaixo explorados, em seus aportes de recursos teóricos.

Em função das características de nosso objeto de estudo, a convivência entre pais e filhos adultos na esfera cotidiana, julgamos que seria fundamental encontrar pistas e subsídios que nos habilitassem a melhor compreender essa convivência em seu *locus* de ação, o ambiente doméstico. Acreditando que essas pistas, por suas características simples, concretas e banais, facilitariam o acesso a uma fala mais profunda dos pais e dos filhos a respeito de suas interações no espaço familiar, bem como, sobre os ajustes cotidianos mobilizados em prol de uma convivência mais confortável para todos, nos empenhamos em uma busca interdisciplinar de instrumentos metodológicos.

Assim, a idéia de ampliar nosso campo de instrumentos de pesquisa baseou-se na demanda de uma abordagem mais eficaz, tanto no que concerne à formulação dos roteiros de entrevistas e todo o planejamento teórico e prático subjacente a elas, quanto na condução da análise do material obtido nas mesmas. Esse procedimento estabeleceria o *status* de uma coerência teórica em nosso trabalho, desde as pressuposições iniciais, até os momentos finais da investigação. Para tanto, encontramos na Sociologia Compreensiva métodos de entrevista e de análise de dados que corresponderiam às expectativas deste estudo.

De acordo com Kauffmann (2007), a entrevista compreensiva consiste em um cruzamento de influências diversas se constituindo como um instrumento específico e com uma forte consistência interna. Ela deriva de diversas técnicas de

pesquisas qualitativas e empíricas e, principalmente, tem como raízes as técnicas etnológicas de trabalho de campo com informantes. Sendo que difere da última, por se concentrar mais especificamente na palavra, que é recolhida diretamente do contexto em questão. A metodologia de pesquisa da Sociologia Compreensiva tem como interesse maior a linguagem ordinária do indivíduo, suas frases banais e as palavras mais simples.

O indivíduo é moldado pela sociedade de sua época e traz em si, estruturado de uma forma particular, todo o sistema social de seu tempo, segundo Kauffmann (2007). Esse indivíduo incorpora fragmentos de idéias, imagens, modelos, expressões, entre outros, “sem os digerir e os expressa em estado bruto, tal qual os assimila.” (p.95) Assim, a linguagem do dia-a-dia pode esclarecer a respeito do trabalho do social no indivíduo, ou seja, informa a maneira como ele incorporou as normas sociais.

Consideramos, dessa forma, que a expressão do banal na linguagem do dia-a-dia pode desnudar esse indivíduo e trazer em estado bruto a noção das convenções sociais que o marcaram. Ao lado disso, acreditamos que, ao mesmo tempo, essas palavras usuais podem ser reveladoras de sua potência criativa, de sua capacidade de subjetivação, de criar-se e recriar-se, em seu devir permanente.

Lembramos que Giddens (1992) institui um elo entre o psicológico e o social, ao afirmar que a mãe, já em seus primeiros momentos com o bebê, transmite-lhe sua cultura. A partir desse elo, estabelecemos uma conexão entre esse autor e a perspectiva winnicottiana, pois essa última, ao concentrar-se na dimensão do psicológico, nos fornece a base da constituição da subjetividade. Esse bebê, então, sob a ótica de Winnicott, incorpora a mãe e todo o ambiente que o cerca, em sua fase de não-integração, e, se as circunstâncias são favoráveis, posteriormente torna-se capaz de iniciar o processo de integração e constituir-se como sujeito.

Nessa medida, o objetivo do pesquisador é fazer o entrevistado falar o máximo possível e o mais profundamente possível. O informante sucumbe à armadilha de suas próprias palavras, pois, ao falar sobre algo, fala de si. Ao engajar-se em um assunto, coloca em certa ordem as suas palavras, criando, dessa forma, uma nova realidade e sendo assim, a sua narrativa ganha novas proporções. Kauffmann (2007) assevera que é mais fácil falar de si pela via do concreto e das

atividades cotidianas, pois são vias que, através da linguagem ordinária e habitual, permitem ao entrevistado uma narrativa mais livre, menos abstrata e generalista e, ao pesquisador, uma possibilidade maior de aprofundamento.

Para iniciar o percurso da metodologia compreensiva, de acordo com esse autor, é preciso definir uma *questão de partida* para a entrevista. Essa definição, ancorada em reflexões sobre o tema e por um vasto conhecimento do campo a ser investigado, permite deflagrar todo o processo de construção do objeto a ser analisado, desde os primeiros instantes da pesquisa. O roteiro de entrevista deve ser flexível e simples, de forma a incentivar a fala em torno do tema. Questões precisas e concretas devem ser propostas, objetivando evitar respostas generalistas e abstratas da parte do informante, que poderiam dificultar o aprofundamento da narração.

A perspectiva compreensiva, conforme Kauffmann, estabelece que o campo, o *terrain*, vai nos fornecer o corpo e o volume da teoria. Os princípios do percurso da metodologia compreensiva “não são mais que a formalização de um *savoir-faire* pessoal oriundo do campo.” (p. 11) O campo não é visto como uma instância de verificação de uma problemática pré-estabelecida, mas o ponto de partida da própria problematização. Sendo assim, tais bases conceituais propõem o inverso de outras metodologias. Este autor afirma que em uma entrevista compreensiva, o entrevistador deve engajar-se, ter uma conduta mais ativa e partir do princípio de que a empatia permite a entrada no mundo do entrevistado.

Considerando a obra de Bardin (1977) como um clássico da análise de conteúdo em pesquisas em ciências humanas, concordamos com Kauffmann quando este diz que o processo da metodologia compreensiva inverte a ordem da planificação de pesquisa. Essa inversão se dá em razão deste instrumento se propor a construir o objeto e o corpo teórico da pesquisa no momento da análise do material recolhido nas entrevistas, ou seja, no momento final. Os momentos iniciais da elaboração da pesquisa seriam flexíveis e concebidos espontaneamente, calcados em um grande conhecimento, da parte do pesquisador e do campo a ser estudado.

Bardin afirma que a organização da análise qualitativa se baseia, primeiramente, em uma pré-análise. Na pré-análise, segundo esta autora, é estabelecido um plano de análise preciso e com três missões diferentes. A

primeira consiste na escolha de documentos ou em uma leitura flutuante sobre o tema, que seria um aprofundamento paulatino de informações, uma imersão em impressões iniciais, que progrediriam em função das hipóteses emergentes. Em um segundo momento ocorre a formulação de hipóteses e objetivos e em um terceiro, a elaboração dos indicadores sobre os quais se apoiará a interpretação final.

Observamos que as proposições de Bardin são amplas e abertas a adaptações, em função dos objetivos das pesquisas.

De fato, as hipóteses não são sempre estabelecidas na pré-análise. Não é obrigatório ter um corpo de hipóteses como guia para proceder a análise. Algumas análises se fazem ‘às cegas’, sem idéias pré-concebidas. (Bardin, 1977, p. 97)

A partir desta afirmação, entendemos que Bardin e Kauffmann possam ter alguns pontos de vista em comum.

Blanchet e Gotman (2007) sugerem que a elaboração de um roteiro de entrevistas é o primeiro passo da transformação das hipóteses de pesquisa em indicadores concretos. O plano de entrevista seria, então, a interface do trabalho de conceitualização da pesquisa com o campo. Os autores indicam que a execução de uma entrevista exploratória é importante nesse processo, pois a questão de partida colocada ao entrevistado permitirá precisar os operadores e os indicadores mais adequados para a elaboração do roteiro. E ainda sublinham que esse tipo de entrevista, pouco estruturada, visa desempenhar um primeiro confronto de sentidos entre o entrevistador e o entrevistado, uma familiarização com o vocabulário e os códigos verbais. Essa etapa de experimentação de entrevista contém dois elementos: uma instrução inicial e a pré-figuração de eixos temáticos.

Esse tipo de entrevista supõe a constituição de uma instrução inicial definidora do tema a ser colocado ao entrevistado, a *consigne initiale*.

A ‘*consigne initiale*’ inaugura toda a entrevista da pesquisa, ela deve ser clara, não-contraditória com o contrato inicial e mais precisa do que este último, quanto ao objeto de demanda. Essa instrução inaugural dá ao entrevistado o contexto temático e a lógica da entrevista. (Blanchet e Gotman, 2007, p. 78)

Após esse procedimento, são estabelecidas as séries de temas a serem explorados ao longo da entrevista, ou seja, os eixos temáticos. Esses eixos desdobram-se em operadores e em indicadores, e esses últimos seriam os fatos concretos, as pistas a serem utilizadas.

No domínio da análise do material das entrevistas, Blanchet e Gotman (2007) ponderam que a entrevista não fala por si mesma e, portanto, é preciso efetuar uma operação essencial denominada análise de discurso, entendendo essa análise como “uma produção de um locutor em toda a situação de interlocução.” (p. 89) Os autores fazem a distinção entre a análise de discurso e a análise de conteúdo: esta última seria um sub-conjunto da primeira. Sendo assim, sublinhamos a definição dos autores que melhor se encaixa nos propósitos de nossa pesquisa:

A análise de discurso concerne à análise de todos os componentes da linguagem e recobre essencialmente, dois tipos de abordagens: de uma parte as análises lingüísticas que estudam e comparam as estruturas formais da linguagem; e de outra parte, as análises de conteúdo que estudam e comparam o sentido dos discursos, com o objetivo de estabelecer os sistemas de representações veiculados por estes discursos. (Blanchet e Gotman, 2007, p. 89)

De acordo com esses autores, a análise de conteúdo é a mais utilizada em pesquisas nos campos da Sociologia e da Psicologia Social. Seguindo uma hierarquia formal, o primeiro passo da análise de conteúdo é o procedimento de análise de entrevista por entrevista. Cada entrevista é confrontada com a lógica referencial descrita pelas hipóteses de partida. Nesse ponto, fragmentos do discurso, portadores de significado, são delimitados como unidades de decupagem que os representam. Este modo de decupagem varia de entrevista para entrevista. Em seqüência, os temas são identificados e é construída uma grade de análise temática. Essa grade de análise, como o roteiro de entrevista, deve ser hierarquizada em temas principais e em temas secundários, que serão os instrumentos de produção dos resultados.

Análise de conteúdo é um termo que Kauffmann (2007) prefere evitar em seu aporte metodológico, substituindo-o pela noção de construção do objeto. Essa abordagem, de acordo com o autor, exige um *savoir-faire* do pesquisador e uma boa capacidade analítica e reflexiva, de acordo com o autor, pois ela se baseia em

um ir e vir entre fatos e hipóteses, sendo que essas últimas se reformulam continuamente, até que o objeto possa aparecer como construído.

Ao invés da utilização de grades temáticas para a análise do material, o autor propõe várias escutas das fitas gravadas, antes de transformá-las em texto. A respeito disso, Kauffmann afirma: “a escuta oral é bem mais viva, permite um acesso mais direto à emoção e um mergulho mais profundo na história de vida (...) “É assim que são amalgamadas as categorias conceituais da pesquisa...” (p.7-8) A proposta é a de que o objeto vai sendo construído aos poucos nesse ir e vir entre hipóteses e dados.

Para organizar o material, o autor propõe a execução de fichas, para cada entrevista uma ficha, na qual ele privilegia uma ou algumas frases recolhidas na fase de escuta. Cada uma dessas fichas é dividida em duas partes: além das frases que chamaram sua atenção e que ele sugere que se situem na parte superior, Kauffmann tece comentários e interpretações na parte inferior, separada por um traço. Na organização dessas fichas, observamos um mecanismo de inversão teórica: o autor inverte a ordem clássica, em um primeiro plano encontra-se o material, a frase, depois, a hipótese reformulada. Dessa forma, a hierarquia de procedimentos é rompida, para que a história contada possa ser continuamente reformulada e religada aos fatos.

Assim como Kauffmann (2007), Blanchet e Gotman (2007), Ramos desenvolve pesquisas baseadas na perspectiva compreensiva. Destacamos, pela afinidade com o nosso tema, a sua pesquisa (Ramos, 2002) sobre a coabitação intergeracional, vivida entre pais e filhos adultos. Para construir seu objeto de investigação, a autora baseou-se na análise de 50 entrevistas, por ela denominadas de semi-diretivas¹⁵. Desenvolveu sua pesquisa no universo de estudantes com idades entre 19 e 27 anos, residentes na casa dos pais, de onde nunca haviam saído para viver em outro local. Esses entrevistados viviam em Paris ou na área metropolitana de Paris, e pertenciam a uma classe social relativamente homogênea. Ramos estabeleceu como questão de partida para a referida pesquisa, a indagação sobre a maneira como o jovem adulto constrói a sua casa na casa dos pais e como se define nessa relação entre a dependência e o desejo de autonomia.

¹⁵ Kauffmann (2007) também denomina dessa forma as suas entrevistas, ao contrário de Blanchet e Gotman (2007), que as designam como pouco estruturadas. Portanto, dentro do campo de orientação compreensiva, encontramos variações.

Ramos, da mesma forma que Kauffmann, relata que suas hipóteses nasceram com a escuta e a leitura das entrevistas e o corpo da pesquisa transformou-se em objeto teórico, ao término do processo de análise. E, também como o segundo reitera que essa abordagem supõe um *savoir-faire* do pesquisador, calcado em uma prática de trabalho que leva em conta o constante vai-e-vem entre fatos e hipóteses. Este movimento contínuo propicia a reformulação das hipóteses de partida e a construção final do objeto.

Refletindo sobre as visões metodológicas expostas nestas apreciações, acreditamos poder edificar pontes suficientes para a construção de nosso objeto de investigação, progressivamente, até o fim desta jornada.

5.2

Sujeitos

Para atingir nossos objetivos, estabelecemos como sujeitos da pesquisa famílias dos estratos sociais médio e médio alto, residentes no Rio de Janeiro, cujos membros a serem entrevistados, pais e filhos adultos, sejam coabitantes. Como critério de características individuais dos participantes, optamos por definir *a priori* somente o perfil dos filhos adultos. Eles deveriam ser solteiros, graduados em nível universitário, estar trabalhando e ter idade superior a 26 anos. Nossos sujeitos são 8 famílias, compostas por 7 mães, 1 pai, 4 filhos e 4 filhas.

Nossos entrevistados compõem uma amostra não-probabilística de conveniência, o que faz com que os dados colhidos não possam ser generalizados para a totalidade da população, sobre a qual incide o tema da pesquisa. Acrescentamos que, em virtude do tamanho e da natureza da amostra, a pesquisa pretende ser exploratória, e os dados colhidos serão representativos de um pequeno segmento de nosso objeto de estudo.

As famílias foram selecionadas a partir do perfil dos filhos, como já dito, e através de indicações geradas pelos próprios entrevistados, *snowball sampling*.

5.3

Coleta de dados

Como instrumento de pesquisa, adotaremos o conceito de entrevista semi-diretiva, elaborada de acordo com as proposições de Kauffmann (2007) e Ramos (2002), isto é, com a participação ativa do pesquisador, de forma livre e descontraída, de modo a permitir que a empatia abra as portas do mundo dos entrevistados. Quanto à afinidade com o campo de estudos, apregoada por esses autores, reiteramos que a presente investigação iniciou-se no ano de 1998, prosseguindo até os dias atuais de forma ininterrupta. Ao lado disso, a nossa experiência na clínica com família de adultos permite-nos olhar para essa relação com “familiaridade”.

Quanto ao plano de entrevista, seguiremos as orientações de Blanchet e Gotman (2007), que afirmam ser o mesmo, a interface do trabalho de conceitualização da pesquisa com o campo. Dessa forma, para elaborar um roteiro adequado aos objetivos da pesquisa, executamos as entrevistas exploratórias. A questão de partida¹⁶ colocada aos entrevistados tornou mais precisos os operadores e os indicadores para a elaboração do roteiro final. Esse tipo de entrevista visou desempenhar um primeiro confronto de sentidos entre o entrevistador e os entrevistados, proporcionando uma familiarização com seu vocabulário e seus códigos verbais.

Sendo assim, realizamos seis entrevistas exploratórias, com duas famílias franco-brasileiras, escolhidas de acordo com os objetivos da pesquisa, ou seja, pais e filhos adultos coabitantes. As entrevistas foram realizadas na cidade de Paris. Em um primeiro momento foi entrevistada, separadamente, a mãe e, após, o filho. Em uma segunda etapa, foi construído um novo roteiro de entrevistas, baseado nos temas repetitivos e ou contraditórios das duas anteriores e apresentado à mãe e ao filho em conjunto.

O objetivo da realização dessa segunda etapa foi o de introduzir os temas através dos indicadores e estimular a fala interativa entre mãe e filho. Esses temas foram obtidos através da análise da cada um dos discursos dos entrevistados, assim como foram eles comparados entre si, em um procedimento intertextual. Com a posse desses temas de análise, construímos um novo roteiro e, em

¹⁶ Anexo 1

consequência, cada uma das famílias entrevistadas se deparou com um roteiro diferenciado e original, calcado em sua própria narrativa.

Dessa forma, utilizando o procedimento de uma entrevista interativa, acreditamos poder melhor compreender essas narrações, observando as singularidades, as possíveis afirmações ou contradições que poderão se repetir em outros contextos familiares e, sobretudo, abordar e estimular os sentimentos advindos das repercussões da fala de um ao outro. Essa justaposição de falas, possível em função da situação interativa, nos abrirá um caminho reflexivo mais coerente com o nosso objetivo de investigar a relação entre pais e filhos adultos coabitantes, uma interação que é vivida no ambiente doméstico familiar.

A execução das entrevistas exploratórias nos apontou a eficácia de alguns indicadores e a insuficiência de outros. Nesse ponto, entendemos que a singularidade de cada família possa determinar que um mesmo indicador seja útil para uma e impróprio para outra. Isso não impede que todos os indicadores possam ser mencionados, o seu aprofundamento e rastreamento é que vai depender da repercussão obtida e da intuição do entrevistador.

Ainda constatamos que diante de uma pergunta mais aberta ou mais abstrata, a tendência é a de obtermos uma resposta mais concisa e generalista. Ao passo que, quando um indicador concreto é colocado, as respostas tendem a ser mais objetivas, detalhadas, suscetíveis ao aprofundamento desejado e a liberarem expressões de sentimentos concomitantes.

Também, observamos que as entrevistas com as mães, sempre as primeiras, foram menos ricas em material e aprofundamento dos indicadores que a dos filhos, que as sucediam. Entendemos que na entrevista com os jovens adultos já dispúnhamos de alguma familiaridade com os códigos da família, como também já conhecíamos a potencialidade de alguns temas a serem explorados. Após algumas reflexões sobre a ordem das entrevistas, concluímos que a segunda, sempre, portaria uma virtualidade de aprofundamento maior em relação à anterior. A troca na seqüência não significaria uma mudança dessa realidade e, no entanto, inferimos que a alternância dessas etapas poderia melhor calibrar a nossa atuação como entrevistador.

A partir dessa experiência exploratória, os indicadores da pesquisa da tese foram definidos da seguinte forma: 1) A lista de compras; 2) Refeições durante a

semana; 3) Refeições no fim de semana; 4) O pagamento das contas da casa; 5) Presença dos namorados/as na casa; 6) O quarto do filho(a) e a sala da casa. Estes são os elementos concretos que, como sustenta a orientação compreensiva, possibilitarão a compreensão de como o indivíduo dá sentido às suas ações, às suas relações e a forma como vivem essas relações. Acrescentamos a esse rol de possibilidades a manifestação de sentimentos vividos na interação, que no nosso entender se integram, se amalgamam, a essas ações cotidianas. Dessa forma, será possível expor as diversas versões para um mesmo fato ou atitude, algumas delas contraditórias entre si e, entretanto, todas dotadas de verdades parciais.

A pesquisa abarcou um universo de oito famílias, em entrevistas gravadas com a permissão dos entrevistados, perfazendo um total de 24 entrevistas e cerca de 32 horas de gravação. As entrevistas foram realizadas em diferentes locais, previamente escolhidos pelos entrevistados, que variaram desde a residência das famílias, ou a seus espaços de trabalho, até locais como restaurantes e cafés – estes últimos, selecionados pelos nossos falantes em razão de suas rotinas de trabalho. Os depoimentos foram colhidos em três momentos diferenciados para cada uma das famílias. Foi realizado um encontro com um representante do casal parental, ou seja, entrevistamos ou o pai ou a mãe; depois ouvimos o filho ou a filha – não necessariamente nessa ordem – e, finalmente, ocorreu a entrevista interativa entre o pai ou a mãe e o filho ou a filha.

Todo o material em áudio dos entrevistados foi submetido a uma escuta atenta e transcrito na íntegra pela entrevistadora, lido e relido diversas vezes. A análise dos dados das entrevistas dividiu-se em dois momentos. No primeiro, foram analisados os textos provenientes das entrevistas individuais, identificados os fragmentos de discursos portadores de significado e, em seqüência, foram constituídos os temas iniciais. Após esse procedimento, foi construído o roteiro da entrevista interativa.

O segundo momento da análise de dados diz respeito ao exame do texto interativo, no qual foram demarcados os fragmentos de discursos significativos que deram origem aos temas de análise. Em seguida, procedemos ao cruzamento desses temas entre todos os textos interativos e, a partir dessa ação, chegamos aos temas principais de análise, que se desdobraram em subtemas. Esse conjunto de

temas passou pelo processo progressivo de vai-e-vem entre si, reformulando-se e norteando-nos na busca da construção de nosso objeto de investigação.

5.4

Apresentação das famílias¹⁷

Famílias	Pai	Mãe	Filho(a)
A		Alice 55 anos, divorciada, administradora, dona de casa	Amanda 29 anos, jornalista
B		Berenice 59 anos, divorciada, economista	Breno 30 anos, advogado, funcionário público
C	Carlos 58 anos, economista	Cláudia 59 anos, psicóloga, dona de casa	Caio 29 anos, médico
D	Denis 54 anos, engenheiro	Doris 51 anos, analista de sistemas	Diana 26 anos, engenheira
E	Elton 60 anos, administrador	Eva 60 anos, professora aposentada	Elisa 32 anos, psicóloga
F	Frederico 58 anos, engenheiro	Flávia 56 anos, professora, dona de casa	Filipe 30 anos, comunicação, produção cultural
G	Gilberto 59 anos, engenheiro	Gilda 61 anos, engenheira	Gabriela 31 anos, publicitária, professora de inglês
H		Helena 59 anos, divorciada, médica, aposentada	Henrique 30 anos, Advogado, funcionário público

Diante da decisão de entrevistarmos somente um representante do casal parental, defrontamo-nos com o fato da presença esmagadora de mães em nosso conjunto de entrevistados, o que reforça a visão do lugar ocupado por elas na estrutura familiar brasileira de estrato social médio e médio alto. Parece notório que elas estejam sempre à frente e disponíveis para tratar de assuntos referentes a seus filhos. Somente um pai explicitou a intenção de participar da pesquisa. Dessa

¹⁷ Os nomes em negrito referem-se aos membros da família entrevistados

forma, nossa investigação contou com sete mães, um pai, quatro filhos e quatro filhas, todos coabitantes.

A família A é composta por Alice, mãe, 55 anos, administradora de formação e dona de casa há 11 anos. Divorciada há 27 anos do primeiro casamento com o pai de Amanda e recasada há 14 anos com Antônio, 58 anos, médico, divorciado. Amanda, 29 anos, filha única de Alice, é solteira, jornalista, trabalha em uma grande empresa nacional e namora há 3 anos André, 30 anos, solteiro, advogado, que mora com a mãe.

A família B é constituída por Berenice, mãe, 59 anos, economista aposentada, trabalha como assistente financeiro de uma confecção de roupas femininas. Divorciada há 12 anos, Berenice é mãe de três filhos com o ex-marido: as duas filhas mais velhas já saíram de casa e moram com seus companheiros. Breno reside com Berenice, tem 30 anos, é solteiro, advogado e funcionário público federal e namora Bianca há 1 ano.

A família C conta com Cláudia, 59 anos, psicóloga de formação (nunca exerceu a profissão) casada com Carlos há 34 anos. Este é economista, tem 58 anos e trabalha em uma empresa multinacional. O casal tem três filhos, Carlos Jr. e Cristiano, gêmeos, os quais moram sozinhos desde que retornaram ao país, após um período de estudos de pós-graduação no exterior, além de Caio, o filho mais novo, que tem 29 anos, é médico residente e mora com os pais.

A família D é formada por Denis, Doris, Diana e Daniel. Denis é engenheiro civil, trabalha em sua própria empresa, tem 54 anos e é casado com Doris há 28 anos. Doris, 51 anos, é analista de sistemas e trabalha em uma empresa estatal. Daniel é o filho mais novo do casal, solteiro, tem 23 anos e mora no exterior, onde termina sua graduação universitária; ele visita a família duas vezes por ano, durante as férias escolares. Diana tem 26 anos, é solteira, engenheira, trabalha como consultora do mercado financeiro em um banco de investimentos e, atualmente, está sem namorado. Morou sozinha durante seis meses no exterior, período de uma pós-graduação, e reside com os pais no momento.

Na família E, todos os membros são coabitantes. Elton, pai, 60 anos, administrador de formação e funcionário público estadual. Eva, mãe, 60 anos, professora de literatura aposentada, dá aulas de português duas vezes por semana

em um curso de línguas. Elisa, a filha mais velha do casal, tem 32 anos, é psicóloga, trabalha em consultório clínico próprio e dá aulas de psicopedagogia em uma faculdade da rede de ensino privada. Eduardo tem 28 anos, é museólogo, faz uma nova graduação em Ciências Contábeis e é estagiário de uma pequena empresa.

A família F é constituída por Frederico, pai, 58 anos, engenheiro, trabalha em uma empresa estatal e é casado com Flávia há 34 anos. Flávia, 56 anos, professora de português de formação, trabalhou como tradutora e, atualmente, é dona de casa. O casal tem dois filhos: Fabrício, 31 anos, advogado, mora com a namorada há 1 ano e Filipe, 30 anos, graduado em Comunicação Social, trabalha como produtor cultural, mora com os pais e, no momento, não tem namorada.

Na família G, Gilberto, Gilda e Gabriela residem juntos e Giovana saiu de casa recentemente para casar. Gilberto, pai, 59 anos, engenheiro civil e Gilda, mãe, 61 anos, engenheira civil são casados há 36 anos e trabalham juntos em uma empresa própria. Gabriela, a filha mais velha, solteira, 31 anos, é formada em publicidade e, atualmente, dá aulas de inglês em um curso de línguas, além de estudar para um concurso público que deverá ocorrer no final de 2008. Gabriela saiu de casa há 3 anos para morar sozinha: entretanto, foi demitida do emprego e voltou para a casa dos pais a fim de reformular sua vida profissional. Giovana, a outra filha, é casada, tem 29 anos e é arquiteta.

Finalmente, apresentamos a família H, composta por Helena, Heloísa e Henrique. Helena, a mãe, tem 59 anos, é médica, aposentada recentemente e divorciada há 21 anos do pai de seus filhos. Heloísa, a filha mais velha, é solteira, tem 31 anos, graduou-se em Comunicação Social, não trabalha no momento e estuda para um concurso público. Henrique, 30 anos, advogado, é funcionário público estadual e não tem namorada.

À guisa de conclusão desse subitem, teceremos comentários breves e mais gerais acerca das famílias entrevistadas. Dentre as oito famílias entrevistadas, somente a D e a H contam com uma empregada doméstica, que executa todos os serviços da casa ao longo de todos os dias da semana. As outras recorrem aos serviços de diaristas, que trabalham em suas casas duas vezes por semana, em média.

A única família intacta, com o formato original, é a família E. A família A é a única na qual houve recasamento. Nas famílias B e H houve divórcio dos pais e, no entanto, as mães não recasaram. As famílias que mantêm o subsistema dos filhos intacto são a A, a E e a H, as outras já viveram a saída de outros filhos.

As famílias D e G têm a experiência da saída temporária dos filhos, a D para estudos no exterior e com possibilidade de retorno: a G, diferentemente, foi uma saída negociada entre pais e filha: esta já era independente financeiramente e objetivava conquistas pessoais.

A única representante dos filhos em situação de dependência financeira relativa dos pais é Gabriela. Esta refere-se ao trabalho como professora de inglês em meio período como apenas uma forma de não precisar de fato da ajuda financeira deles. No entanto, precisa do suporte dos pais para a compra de alguns livros importados, necessários à sua preparação para as provas do concurso público e para os deslocamentos a Brasília, também em função das provas.

Todos os pais trabalham, nenhum optou pela aposentadoria até o momento. Por outro lado, dentre as mães aposentadas, somente Berenice trabalha regularmente com emprego fixo. Eva, professora aposentada, dá aulas eventualmente e não conta com uma fonte de renda regular proveniente desse trabalho. Já Helena, de acordo com seu relato, vive a depressão da aposentadoria recente, declara estar dividida diante da possibilidade de conseguir um emprego alternativo ou adaptar-se às perdas financeiras da aposentadoria. Alice e Cláudia são donas de casa assumidas e parecem gostar de serem chamadas de coronel pela família. Já Flávia aponta que gostaria de se aposentar das funções ligadas às tarefas de casa, embora encontre dificuldades, tanto pela falta de apoio do marido e do filho, quanto pelas atitudes contraditórias que fazem parte de seu discurso.

No universo dos filhos, a questão do trabalho atual que realizam se mostra bastante variável. No caso de Amanda e Henrique, estes o vêem como objeto de frustração, no caso da primeira, e de acomodação, no do segundo. Ambos trabalham em condições de estabilidade e, no entanto, não se sentem satisfeitos com o que produzem. Para Breno, Caio, Elisa e Filipe, suas carreiras e trabalhos fluem de forma satisfatória, e encaram a “batalha” por dias melhores. Diana lida com a instabilidade do mercado financeiro, tem receio de assumir compromissos que envolvam despesas a longo prazo, apesar de ter um ótimo salário, de acordo

com sua narração. Gabriela dedica-se com muito empenho aos preparativos de uma nova carreira e reclama da tensão e da competição dos ambientes ligados ao concurso: ao lado disso, ressalta a expectativa dos pais em relação ao seu futuro profissional como fonte de estresse.

5.5

Análise das entrevistas

Dos discursos dos entrevistados emergiram os seguintes temas para análise e discussão: ajustes cotidianos na convivência, o jogo interativo, duas lógicas em ação e o sentido de ser família.

5.5.1

Ajustes cotidianos na convivência

Nas famílias por nós entrevistadas, observamos que as regras parentais são, de uma forma mais ampla, reformuladas constantemente em razão das demandas de cada uma das gerações. São reatualizações necessárias para o prosseguimento da vida em família. Os pais, de início, instituem as ordens relativas ao espaço físico de convivência, assim como o fazem em relação ao tempo, ou seja, o ritmo de vida dos membros da família, o controle sobre as saídas dos filhos, etc. Cada família dispõe de suas próprias estratégias de manutenção dessas ordens: em geral, o apelo a essas disposições é desempenhado pelos pais, podendo, no entanto, ser também evocado por avós, empregados, filhos com funções parentais e ainda outros. Esses apelos à ordem podem variar de simples lembranças anunciadas oralmente, bilhetes, e-mails, ou podem adquirir um *status* de cobrança, ou, ainda, repreensões com forte tendência ao atrito e ao conflito.¹⁸

As normas domésticas aparecem como regras parentais, mas são, sobretudo, instituídas pelas mães. Sendo assim, a ordem de organização da vida cotidiana que impera na casa é a ordem materna. As normas iniciais são tomadas

¹⁸ O uso dos termos atrito e conflito, nesse momento do texto, baseia-se nas visões dos mesmos pelos nossos entrevistados. Atrito é percebido como uma divergência natural na relação, quando há discordância; conflito é entendido como uma ausência de consenso mais séria, um desentendimento.

como referência imperativa na convivência e incluem em sua noção, a idéia do oposto, ou seja, a desordem. A partir da desordem são fixadas as normas de utilização dos espaços comuns e pessoais da casa, baseadas na noção de ordem da mãe. Essas ordens iniciais da mãe, quando são endossadas pelo pai, se mostram como regras com forte capacidade de serem obedecidas e cumpridas pelos filhos.

Acrescentamos que, no caso do prolongamento da convivência familiar, deparamos com uma coabitação baseada em contatos mais reduzidos entre pais e filhos. Em nossa pesquisa, todos os filhos entrevistados trabalham a saber: saem de manhã e retornam à noite. Portanto o tempo é uma dimensão importante nesta análise.

Esse primeiro tema desdobrou-se nos seguintes subtemas: as regras que são cumpridas; rupturas e elasticidade das regras; acordos, negociações e reformulações.

. As regras que são cumpridas

“Aqui tem uma espécie de lei, a gente avisa um para o outro quando sai e dá uma idéia da hora em que vai voltar, todos fazemos isso ... Outra coisa é se for fazer alguma coisa na cozinha tem que lavar o que usou e não deixar nada sujo na pia para lavar depois.” (Flávia)

“Por exemplo, ninguém deixa prato sujo na mesa, não precisa lavar porque tem a máquina, mas tem que deixar dentro da pia, e as toalhas de banho todos estendem na área de serviço.” (Cláudia)

O apelo à ordem é, portanto, uma constante afirmação do poder dos pais sobre os espaços da casa. Ele funciona como uma tentativa de conservar os lugares coletivos, de validá-los como um direito de todos, mas, também, como uma reafirmação da ordem parental sobre esses espaços.

“Ela é organizada, eu também sou assim, então é tranquilo, eu procuro me lembrar sempre das coisas, por exemplo, tomo o meu café, leio o jornal e deixo ele direitinho do jeito que ela gosta.” (Breno)

O jeito de dobrar o jornal é apontado por Breno como uma exigência da mãe, embora não tenha a lembrança de ter ouvido essa imposição da parte dela. Berenice, da mesma maneira, não identifica essa origem e inclusive tece um

comentário a esse respeito, de que “tem coisas que não precisam ser faladas, o importante é que a gente se lembra do outro.” Existe uma paisagem relacional plena de silêncios, pausas e noções claras do que deve ser feito. São as regras da interação (Kauffmann, 1992), que se estruturam nas trocas e se reforçam na rotina.

“Eu vejo na casa dos meus amigos coisas como: cheguei e não tinha nada para comer, porque alguém comeu... aqui existe um respeito a isso, há um respeito natural quanto a isso, a gente pergunta sempre se pode comer, se falta alguém para comer.” (Elisa)

Para Elisa, essa ordem se tornou “natural”: ela a sublinha como o direito de todos à igualdade de tratamento na convivência. É uma regra inquestionável, um imperativo familiar, que funciona entre os irmãos mesmo na ausência dos pais. Eva, sua mãe, aponta: “Não sei dizer como começou isso, é difícil dizer.” Também, para a dupla Flávia e Filipe aparece uma não consciência em relação à regra básica de avisar um ao outro que vão sair e dar uma idéia da hora que vão voltar. Diante da indagação de como combinaram isso, disseram: “Foi sempre assim”.

Acreditamos que a dificuldade em responder a uma pergunta referente à origem desse comportamento se deva ao trabalho da rotinização nas interações entre esses membros da família. As palavras e os comportamentos parecem constituir um terreno relacional, inscrito na repetição do dia-a-dia. Esse fato, segundo Berger e Luckmann (1966), se deve à internalização primária da realidade.

Essa internalização requer uma manutenção constante ao longo da vida cotidiana. Manutenção que se sustenta na rotina da vida de todos os dias e é mantida na consciência pelas narrativas, dentro e fora do ambiente familiar. Ela é reafirmada constantemente na interação com o outro, sobretudo com o outro significativo, ou seja, os pais. E a forma mais importante de manutenção da realidade é a conversação: por meio dela a realidade é mantida, modificada e reconstruída.

Na presença dos pais, Filipe cumpre a norma de lavar a louça. Entretanto, quando os pais viajam, ele cria suas próprias regras, junta a louça do dia na pia e lava no dia seguinte. “Vou juntando tudo e depois lavo”. Diana raramente faz uma

refeição em casa, argumentando que nesses momentos os pais aproveitam para falar de assuntos desagradáveis, de cobranças e, portanto, ela os evita. “Quando meus pais viajam, eu peço comida no restaurante e durmo na sala até de madrugada.” Dessa forma, extrapola os limites de seu espaço físico na casa, o quarto, e se apossa do espaço comum, que na presença dos pais é regulado de acordo com a ordem dos mesmos.

O afastamento dos pais permite o exercício de um ganho maior de espaço de manobra, sem ameaçar o equilíbrio da relação. Nesse sentido, concordamos com Ramos (2002), quando esta afirma que o filho adulto sempre está tentando ampliar seu círculo de ação e ganhar progressivamente mais independência e autonomia na relação, mesmo que essas ações sejam estratégias fora do âmbito relacional de fato. Entendemos que essa experimentação de burlar as regras dos pais seja um passo inicial para a reformulação das mesmas, para a negociação de novos acordos.

Por outro lado, Breno, mesmo na ausência da mãe, relata que cumpre todo o ritual de arrumação do seu quarto: “incorporei sair e deixar tudo direitinho, faço a minha cama e não deixo roupa jogada, gosto assim...” Essa atitude revela o peso desse imperativo familiar, embora possamos perceber que este seja menos rigoroso do que o seria na presença da mãe: “Se for fim de semana, deixo meio bagunçado quando saio para a praia, mas arrumo quando volto.”

Algumas regras parecem ter uma existência virtual. Vejamos a conversação de Elisa e Eva:

“Nunca houve uma cobrança real para se lavar a louça, foi realmente um hábito que não se criou... Você reclama que eu não faço nada, daí eu fui fazer o pudim diet, aí a frase foi: mas não lavou a louça... numa brincadeira eu disse que nunca fiz nada, não é só porque eu não gosto de fazer, mas porque não vem um reforço disso.” (Elisa)

“É verdade, a gente só comenta que não foi feito, mas nunca houve uma cobrança mesmo...” (Eva)

“Nunca exigiram da gente fazer as coisas de cozinha”(Elisa)

“Eu também não era exigida da minha mãe.” (Eva)

“Meu pai meio que assumiu essa função de lavar a louça da casa.” (Elisa)

“Ele se incomoda com a louça acumulada, eu não...” (Eva)

As regras de convivência do cotidiano são “*light*” para essa dupla de mãe e filha. As cobranças não são vistas como reais e efetivas, apenas insinuadas, como comentários, e não há um apelo claro à ordem. No entanto, essa falta de clareza não nos parece uma ausência de ordem e, sim, uma dificuldade real da relação. Percebemos isso quando Elisa declara que não faz coisas na cozinha por sentir a falta de um retorno, de um incentivo da parte da mãe. O reforço positivo e o encorajamento para prosseguir parecem constituir o terreno dos possíveis acordos a serem confirmados na relação, sob o ponto de vista de Elisa.

A mutualidade, a troca recíproca é esperada para um fluir interativo, sobretudo, no universo de adultos. No entanto, estamos atentos à questão singular que se mostra nessa relação, o desejo de parceria e de compartilhamento de Eva em relação à filha, que esbarra na rejeição desta última no que concerne aos serviços e à organização de suas vidas domésticas. Acreditamos que certas situações forjadas na infância e ancoradas nos hábitos impetrem aos filhos adultos uma situação de pouco investimento nas tarefas domésticas.

“A única cobrança mesmo efetiva que já houve, mas que também se perdeu, foi a de arrumar a cama... foi a única coisa que foi um esforço dela ...” (Elisa)

“Mas eu desisti, não adianta...” (Eva)

Há somente a repetição e não são esboçadas tentativas de negociação de novas posições. A relação pode se tornar uma presa de sua própria incapacidade de lidar com a rigidez dos padrões interacionais. Esse desengajamento é vivido em um ambiente de ambigüidade, de falta de clareza, no qual os envolvidos se sentem desmotivados para a busca de soluções.

Por outro lado, Elisa renomeia o controle da mãe em relação às suas saídas noturnas como um cuidado. Dessa forma, acolhe a preocupação da mãe e esmaece o tom reprovador de suas palavras quando chega à casa de manhã, após sair com amigos ou com o namorado: “Não sinto como cobrança é mais um cuidado mesmo.” O que depreendemos disso é a existência de um jogo de forças, em prol de tentativas de convivência mais calcadas na parceria, em um nivelamento de posições no qual a cobrança de fato parece ser inaceitável.

Acreditamos que tenha ocorrido a desconstrução da ordem original e um novo sentido tenha surgido a partir dessa redefinição. Eva reitera: “São coisas que

eu faço sempre, que é isso de cuidar, eles ligam para mim também quando eu demoro, eles se preocupam, é só para acalmar, não é controle.” Esse novo sentido comporta uma forma de mascarar o controle, inaceitável ou rejeitável nesse momento do ciclo vital. Reforçando isso, Minuchin (1974) nos fala de padrões interacionais que permanecem no *continuum* familiar de forma rígida, “como se fossem um piloto automático, como uma questão de acomodação mútua e de eficácia funcional”. (p. 57) Dessa maneira, não há uma flexibilidade na interação, necessária para a reformulação discutida.

Percebemos a dificuldade presente na voz de Flávia, quando apresenta a Filipe seus argumentos relativos aos gastos excessivos de energia da casa.

“Acho que tem a dificuldade natural, é de adulto para adulto, é bem mais difícil colocar as coisas ... ou a pessoa compreende ou não compreende, não tem como provocar uma situação forçada, a pessoa tem que ter essa consciência, se não tem, tem que esperar a hora que vai ter... vai viver se atritando? Qualquer discussão mais impositiva pode virar uma coisa mais séria...” (Flávia)

É bem possível que essa dificuldade em instituir uma ordem desejada também tenha a ver com o que Giddens (1999) diz das relações norteadas pelo igualitarismo. Essa ideologia não tolera a desigualdade de poder na relação.

Hoje, as relações não estão mais ancoradas na vida social e econômica, e sim, na sua própria capacidade de produzir satisfação de modo recíproco; ela existe por si mesma, e se algo vai mal entre os parceiros, este fato é suficiente para abalar a relação. (Giddens, 1999, p. 87)

Além disso, a premissa de que os membros da família desenvolvem, ao longo de sua convivência, um senso de “distância apropriada”, que devem manter um do outro, nos auxilia na compreensão desse relato. Percebe-se a indefinição de lugares na relação, o que dificulta a instauração de um jogo dinâmico de avanço e retrocesso, que representa um terreno fértil no que tange à manutenção de uma distância psicológica suficientemente correta, ou seja, nem muito próximos, nem muito distantes.

Por outro lado, Diana declara, de início, que em sua casa não existem regras. Entretanto, em outros momentos da narração interativa, encontramos indícios que nos levam a novas versões para essa afirmação. Por exemplo, Diana afirma que as regras da casa dependem do humor da mãe. Dessa forma, cobrar ou

não o cumprimento de determinada situação é decisão da última. Doris argumenta que a filha utiliza a casa como um hotel de luxo, sai de manhã cedo e volta na hora de dormir. Essa visão é relativizada por Diana, que diz preferir se ausentar a ter que ouvir as reclamações da mãe. Doris contra-argumenta, ressaltando que essas reclamações dizem respeito à falta de participação da filha no contexto da família. “Eu dou muito valor a sentar, comer junto, conversar e a vida dela não permite isso.” Essa é uma ordem colocada em questão pela mãe, um apelo de troca, que diz respeito à relação das duas.

Colapinto (1991) afirma que as regras familiares se estabelecem a partir da mutualidade desenvolvida na interação entre dois membros da família. O ajuste de interesses, ou seja, a complementaridade vem a ser o terreno dentro do qual elas se desenvolvem: dito de outra forma, quando um membro da família expressa um aspecto de si próprio, provocará no outro um aspecto complementar a este, criando assim, uma regulação na interação. Dessa forma, o comportamento de Diana, calcado na evitação de contato com a mãe, realça a relação de forças entre as duas e a impede de perceber o apelo da mãe. As regras da casa, nessa medida, seriam fluidas, em função do comprometimento da mutualidade, da incapacidade de um equilíbrio de trocas na dimensão relacional.

Uma regra que é uma “lei”, envolvendo Alice e Amanda, é a lavagem das peças de roupas íntimas. Alice revela que o momento no qual instituiu e direcionou tal comportamento à Amanda, o início da adolescência, está presente de forma bastante clara em sua lembrança. Desde então há o respeito a essa ordem, quebrada somente por Alice quando Amanda, por distração, esquece a peça no local de lavagem. Alice lava e diz que o faz sem o sentimento de peso do ter que suprir a falha da filha. Aliás, Alice faz quase tudo para Amanda: “Ela é o ‘coronel’ da casa, cuida de tudo, faz tudo, é responsável por tudo, eu e o Álvaro (padrasto), a gente demora, pensa, ela não, resolve logo.” Dessa maneira, a lei de Alice é rompida por ela mesma.

Assim, as regras parentais gerem a coabitação e conduzem a vida doméstica da família. Essas regras podem ser explícitas, mais ou menos explícitas ou não-explícitas. O conhecimento das mesmas e de suas variações é uma conquista da relação, ao longo da sua história. Os nossos entrevistados em muitos momentos relatam: “eu sei que tenho que fazer” ou “ele ou ela sabe o que tem que

fazer”, o que aponta para o respeito a uma ordem que não é enunciada explicitamente, ou o é mais ou menos explicitamente, em razão de seu conhecimento prévio.

Quando Flávia vai para a cozinha preparar o almoço em um fim de semana, espera que Filipe, considerado pela família um ótimo cozinheiro, se apresente para ajudá-la.

“Acho que não preciso dizer com todas as letras, ele deveria saber, se tocar: eu falo, mas eu tenho dúvida se falo ou se penso.” (Flávia)

“Ela fala?” (Pesquisadora)

“Para dentro (risos). Eu fico esperando, porque não sei o que fazer.” (Filipe)

Esse contexto de indefinição pode ser paralisante. Watzlawick (1967) destaca a comunicação como um processo de interação e sublinha a importância das linguagens analógica e digital no contexto interacional. A tradução do material analógico para o digital e vice-versa pode ser sempre fonte de desacordos. Ao digitalizar, o indivíduo procede de acordo com a sua concepção da natureza da relação, o que pode não coincidir com a do outro. A comunicação analógica ou não-verbal tem como ponto central, segundo o autor, o aspecto de acentuar e definir a natureza da relação. Nesse sentido, a conversação de Flávia e Filipe aponta para um campo de injunções contraditórias que acentuam o terreno de ambigüidades, do “não saber o que fazer” e o “não saber se falou ou pensou”.

Nessa medida, as incoerências, as mudanças bruscas de assunto, as tangencializações, as frases incompletas, o estilo obscuro, as interpretações literais de metáforas remetem às conversações que se passam nos diferentes redutos da vida doméstica. As injunções contraditórias são habituais na vida cotidiana e no viver contemporâneo. A grande diferença entre ela e a injunção paradoxal reside no fato de que uma escolha lógica ou uma solução para sair de sua esfera é totalmente possível, ao contrário da última, na qual ocorre a falência da própria escolha.

As regras familiares se constituem a partir da dinâmica desenvolvida na interação. O ajuste de interesses vem a ser o fundo no qual elas se desenvolvem. Assim, no momento em que um desses membros expressa um aspecto de si

próprio, provocará no outro um aspecto complementar a este, instituindo um equilíbrio na esfera interativa. Como nos diz Minuchin (1974), a estrutura familiar é um conjunto invisível de exigências funcionais, ou seja, um universo de regras que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem. As regras dizem respeito às expectativas mútuas de membros específicos da família. Estas expectativas se fundam nos contratos originais da família, porém podem ser esquecidas ou não explicitadas, ou, ainda, podem estar constantemente sendo negociadas.

. Rupturas e elasticidade das regras

As ordens ou os apelos à ordem são imposições dos pais ou como vimos acima, das mães. Tomam a forma de um dever a ser cumprido que se impõe de forma simples e, às vezes, indubitável. Para Kauffmann (1992), essa atitude é uma injunção, uma evidência que leva à ação e que é socialmente construída. “A injunção perfeita é sedimentada fora do pensamento, nos automatismos adquiridos, ela é o resultado de uma história social complexa e concretizada na herança dos gestos do indivíduo.” (p. 18) No entanto, é justamente a consciência desse sentimento de um dever a cumprir que, paradoxalmente, inicia seu enfraquecimento. Em outras palavras, a injunção é silenciosa e invisível e a sua visibilidade a torna suscetível ao questionamento. Quando essa tomada de consciência é possível, as tarefas domésticas se apresentam como desagradáveis ou objeto de rejeição. O esforço para levar adiante a execução de tais tarefas parece se apoiar na interação, no grau que essas referências incitam ao dever de agir.

As normas consideradas injustas pelos filhos são explicitadas nos seguintes depoimentos:

“Argumento com eles como é injusto reclamar que chego tarde durante a semana, eu acordo na hora e vou trabalhar.” (Caio)

“Quando eu tiver a minha casa vai ser limpeza zero no fim de semana, nada do exagero da minha mãe, só vou relaxar no fim de semana.” (Breno)

“Não faz sentido eu dizer tudo que eu vou fazer para eles.” (Gabriela)

Assim, a consciência de que o espaço da casa é parental parece ser suficiente para a aceitação das regras, como forma de evitar desequilíbrios na relação. Entretanto, essa aceitação não condena ao silêncio, não impede o direito de expressar o incômodo diante de certas imposições dos pais. A possibilidade de viver uma relação mais simétrica parece habitar os imaginários desses filhos, pois ela representa a condição de um ganho maior de autonomia. Segundo Ramos (2002), quando os filhos adultos afirmam um direito igual àquele de seus pais, as regras parentais passam a apresentar um peso menor.

“O pai dele e eu, também, insistimos nos horários da semana, por uma questão de lembrá-lo que ele tem que se comprometer com o trabalho, com as obrigações, isso é de lei, ir trabalhar cansado pode atrapalhar.” (Cláudia)

“Quero saber para onde vai, com quem vai e a que horas volta, isso é errado? Só porque é adulta não tem mais que dar satisfações?” (Gil)

Caio e Gabriela não acatam essas ordens dos pais: o lado injusto das mesmas parece ser suficiente para a contestação. Essa atitude não encontra uma barreira sólida no contexto parental, embora não tenha sido mencionada nenhuma tentativa de ajuste desses interesses divergentes. A situação provoca incômodo na relação e permanece de forma rígida, sem perspectivas de acordo. Em suma, uma luta começa a ser travada quando a ordem se submete a uma análise crítica.

Por outro lado, Berenice não permite o confronto: “Eu gosto da casa limpa e organizada todos os dias e isso inclui o fim de semana, por que não?” O peso desse imperativo impele Breno à aceitação do mesmo e, assim, à decisão de manter a relação em equilíbrio: “A casa é dela, eu respeito isso.” Dessa maneira, o espaço de Berenice é preservado e o seu poder é confirmado, a despeito do sentimento de falta de equidade, proveniente de Breno. Apesar de questionar a legitimidade da ordem da mãe, percebendo-lhe a rigidez, ele se submete e se cala para evitar a possibilidade de conflito. A resistência à submissão, no entanto, acentua o sentimento de desgaste e de fragilização da relação.

Outras regras parentais são constantemente rompidas pelos filhos na convivência. Aquelas referentes à arrumação dos quartos, por exemplo, estão constantemente sujeitas aos jeitinhos.

“Eu sei que tenho que dar um jeito no meu quarto, mas acaba que eu não faço isso, faço muita bagunça, mas ela arruma para mim.” (Amanda)

“Aguentar a bagunça depende da minha fase. Quando está demais eu falo, se não arrumo ...Ela acorda muito cedo e sai, não me custa ajudar com isso.” (Alice)

A ordem inicial parece ter sido desconstruída por ambas, e talvez possamos dizer que a crítica e as novas necessidades da relação forneceram o material para um fazer reconstrutivo. No caso, Amanda se apóia na relação com a mãe para escapular de sua obrigação. Alice, por sua vez, coloca um acento mais igualitário na relação, embora o seu lado “coronel” possa aparecer, eventualmente, para cobrar a obrigação da filha.

“De vez em quando ele não arruma a cama... ele tenta enrolar se puder, joga a colcha por cima de qualquer jeito, joga as almofadas.” (Cláudia)

“Dia de semana eu acordo quase de madrugada, então... mas no final de semana eu faço.” (Caio)

“Primeiro lê jornal, toma banho, e a arrumação vai ficando para trás.” (Cláudia)

Acreditamos que esse jeitinho ou a “enrolação”, na definição de Cláudia, tenha a ver com uma atitude de experimentação na rotina, de ir além dos limites impostos pela mãe, ousar transgredir de uma forma leve e, assim, esticar o espaço em direção a um ponto maior de amplitude.

“E as roupas passadas quem guarda? É a mamãe... As blusas ficam dando sopa na sala uns 3 dia ...” (Eva)

“Em algum momento eu vou chegar e vou encontrar as roupas no meu quarto, eu fico na esperança que ela guarde no armário, mas nem sempre ela faz isso.” (Elisa)

Elisa sabe o que a mãe vai fazer, é só uma questão de saber esperar. Eva não sustenta a sua própria ordem, provavelmente por tê-la submetido a uma crítica prévia, nos termos de Kauffmann (1992), ou seja, o enfraquecimento da injunção diante da consciência. Com isso, Elisa aumenta a sua área de atuação.

“Avisar quando vai sair não é cumprido, a semana passada mesmo ele fez isso.” (Cláudia)

“Às vezes saio sem avisar e ela não reclama, às vezes extrapola.” (Caio)

“Não reclamo quando tenho uma idéia de onde você foi, conheço seus horários.”
(Cláudia)

O controle de Cláudia sobre as saídas de Caio é visível, este destaca que se incomoda com isso e sua forma de protestar diante dessa atitude da mãe é não se submeter. Entretanto, Caio conhece seu território relacional e sabe que o não cumprimento da ordem não lhe traz consequências mais graves na relação e, portanto, a transgressão não significa ameaça.

“Eu arrumo a minha cama todos os dias.” (Felipe)

“Você arruma a cama, certo, mas deixa roupa suja no chão.” (Flávia)

Nesse caso, na visão de Flávia, Filipe cumpre pela metade a sua obrigação. Entendemos que acatar a ordem completa significa uma perda da possibilidade de ir mais além, de experimentar um ganho a mais, nessa relação de forças com a mãe.

Assim, percebemos, por um lado, a possibilidade, na relação, de se burlar e, por outro, a capacidade desta relação oferecer um espaço de rompimento de forma velada, atitudes complementares que proporcionam o espaço de troca. Filhos e pais constroem e são construídos por uma rede de normas, relativas aos pequenos momentos do cotidiano, calcada em tentativas e acomodações, que permitem o fluir relacional. De acordo com Minuchin (1993), o grau de flexibilidade das atitudes dos membros da família nos mostra a capacidade de mudança e, em consequência, a possibilidade de reconstrução de alguns padrões rígidos de interação. Os esgarçamentos, as rupturas e, também, a elasticidade das regras apontam para uma realidade em movimento, cada dia minimamente diferente.

Os discursos de nossos entrevistados nos levam a refletir sobre essa extraordinária capacidade de inventar, que habita o território da família de adultos.

“Não acho que tenha que dizer para onde eu vou e com quem eu vou.” (Gabriela)

“Não concordo, por isso saio e chego tarde quando tenho essa oportunidade.”
(Caio)

Ambos quebram as normas dos pais, têm uma atitude de enfrentamento e, ao nosso olhar, o fazem com o consentimento velado dos pais. A partir da análise dos discursos desses últimos, percebemos que muitas atitudes atreladas à manutenção das regras podem ser percebidas como manifestações de características defensivas da função parental, assim como da responsabilização do espaço da casa. Em suma, a defesa de uma posição de poder e do uso diferenciado da autoridade representaria um “último suspiro” no universo relacional. No entanto, o aspecto poroso da relação alivia essa rigidez e constitui o terreno apropriado para as rupturas demandadas pelos filhos.

As embromações de Caio e Felipe revelam a elasticidade das regras e explicitam a experimentação dos filhos. No intuito de ganhar mais terreno, eles testam diferentes investidas e argumentações para esticar seus espaços pessoais. Os comentários das respectivas mães deixam claras as intenções dos filhos:

“Você arruma a cama, certo, mas deixa roupa suja no chão.” (Flávia)

“Ele tenta enrolar se puder, joga a colcha por cima de qualquer jeito, joga as almofadas...” (Cláudia)

Elisa, por seu turno, também utiliza os mesmos recursos: “Em algum momento eu vou chegar e vou encontrar as roupas no meu quarto, eu fico na esperança que ela guarde no armário, mas nem sempre ela faz isso.”

É como se fosse um jogo com as regras: são estratégias de apropriação do espaço e de afirmação de autonomia em relação a casa, e essas estratégias se dão em um campo de relação de forças, no qual cada geração defende suas áreas de ação. Para mudar esse quadro, constituído de lugares mais ou menos fixos, os filhos desenvolvem subterfúgios para atingir suas metas de independência na relação.

Também podemos observar o esgarçamento das regras em conjunto, pelas duas gerações, nas vozes de Amanda e Alice e de Elisa e Eva.

“Faço muita bagunça, mas ela arruma para mim.” (Amanda)

“Agora eu interiorizei: antes isso me tirava do sério, eu vou lá e arrumo.” (Alice)

“Quando eu tiro uma roupa do armário, eu tenho que passar, porque fica muito cheio e amassa, eu pego e vou passar, mas antes eu dou uma cantadinha: quem vai passar a roupa da filhinha? As vezes eu começo e ela termina.” (Elisa)

“Faço isso mesmo, tenho medo que ela queime a tábua.” (Eva)

O campo de avanços e recuos na dinâmica relacional constitui o jogar com as regras. Cada um vai até determinado ponto, observa, reconhece a área e atua, em prol de ganhar espaço em relação à ordem inicial. O passo de um indica a direção do passo do outro e, com isso, novas regras poderão vir a ser estabelecidas.

. Acordos, negociações e reformulações

As ordens iniciais, para Strauss (1992), estão sujeitas regularmente a negociações ou fricções. O autor afirma que uma ordem social ou organizacional é uma ordem negociada. Ao utilizar o termo ordem social, Strauss se refere, em um sentido mais amplo, aos grupos (organizações, nações, sociedades, entre outros) que produzem condições estruturais nas quais as negociações de um tipo particular possam ocorrer. A negociação é concebida como uma relação complexa entre um processo de negociação cotidiano e um processo de avaliação periódico: este último estabelece os limites da negociação e alguns de seus direcionamentos. Os resultados da negociação (acordos, regras, contratos) têm limites temporais, ou seja, deverão ser revistos, reavaliados e renovados.

O território de negociações da família é o contexto relacional. Em tal terreno acomodam-se: a defesa dos pais em garantir seus espaços de poder e controle e o desejo dos filhos de alcançar mais autonomia, visando uma perspectiva mais igualitária. Minuchin (1993) acrescenta que a capacidade de reformulação e mudança na família se dá a partir da possibilidade de utilização dos múltiplos *selves* de cada um, de acordo com os interesses do contexto interacional. Dessa forma, a reformulação de ordens é possível, através do empenho de cada um na dinâmica relacional, em um suceder de passos, calcados nos sentimentos e interesses dos membros em interação.

O baú no qual Elisa guarda as suas bolsas se apresenta como objeto de negociação no espaço de convivência com a mãe.

“Qual foi o trato de arrumação do baú de bolsas? Só comprar bolsa nova se eliminar uma antes.” (Eva)

“Ela sugeriu, eu concordei, mas é difícil, ela quer eliminar coisas e eu sou apegada, fora o tempo que leva para fazer isso: mas já tirei uma e vou dar para a filha da diarista.” (Elisa)

O processo de negociação de novas regras de convivência é pautado por avanços e recuos. Um acordo pode existir sem que haja negociação, como, também, pode-se chegar a um acordo que permita o espaço para uma nova negociação, diante da possibilidade de ruptura do acordo.

No diálogo acima, observamos o processo de arrumação do baú de bolsas. Estabeleceu-se um consenso sobre a quantidade de bolsas dentro do mesmo e a necessidade de se retirar uma, no que uma nova é comprada. O sentimento de apego revelado por Elisa sublinha sua dificuldade em levar adiante o processo. Contudo, diante da consciência do consenso construído com a mãe, realiza um esforço e doa uma das suas bolsas. Pode ser que a arrumação do baú envolva outras eliminações de bolsas, isso vai depender do seguimento do processo entre as duas.

Um processo de negociação pode ser compreendido como o estabelecimento de novas regras de convivência, a partir de um conflito entre as partes. A negociação acontece quando existe certa tensão entre as partes envolvidas. Na falta desta tensão, não há negociação. No caso de ela acontecer, o compromisso, resultante do processo, tem a função de consolidar a relação. Nesse sentido, o conflito pode ser visto como uma forma de negociação. Nesse ponto, recorremos a Simmel¹⁹ (1912), que ressalta a condição de um conflito acabar em um compromisso, que não é nem uma vitória, nem uma derrota e sim uma conquista, um processo de negociação. “Toda a troca de opiniões, gerada pelo conflito, porta a noção de que os valores e os interesses em pauta têm uma característica puramente objetiva e concretizável no compromisso.” (p. 144)

A negociação entre Doris e Diana, referente ao pagamento de uma das linhas telefônicas da casa, se apresenta sob a forma de um consenso inicial

¹⁹ O termo conflito, nesse momento do texto, é compreendido como um sinal de oposição e dissenso, nos termos de Simmel (1912)

originado a partir das palavras da mãe, assim como a do relato anterior, ou seja, entre Eva e Elisa.

“As contas de telefone agora vão ser discriminadas e ela vai pagar uma das linhas. Antes estava muito desorganizado, mas agora vamos tentar mudar. Ela precisa ter essa conscientização, falar horas no telefone não dá.” (Doris)

“Está certo, vou pagar o que eu falar, mas eu acho justo que essa linha fique no meu quarto.” (Diana)

A construção desse consenso tem como origem o conflito resultante, das discussões a respeito das contas altas de telefone. “A minha filha é espaçosa, ela precisa ser contida”, diz Doris. Assim, a decisão da discriminação e do pagamento das contas de telefone foi uma determinação parental, com o suporte do pai. A aceitação do consenso inicial, da parte de Diana, seria, simplesmente, a instituição de uma nova regra parental, se Diana não inaugurasse os primeiros passos de uma negociação. Negociação que intenta atender, também, aos seus interesses. Presumimos que um acordo sem negociação dificilmente terá vida longa, pois não abarca um histórico de conversações, necessário para a construção progressiva da reformulação. Já o chegar a um acordo deixando espaço para uma negociação posterior, significa que houve negociação.

Nesse sentido, o processo se inicia com uma meta explícita de Diana, de ter o telefone em seu quarto, e essa disposição coloca os negociadores em equilíbrio de forças. E, ainda, a constituição dessa possibilidade de acordo valida sua posição na relação e legitima suas aspirações de um espaço pessoal, também discriminado. Se os pais acolherem essa modificação do consenso inicial, isto pode significar que eles reconheceram sua nova posição na relação. Se não, será um acordo unilateral, sem parceria, e, assim, parecerá um castigo.

O diálogo entre Berenice e Breno explicita que os resultados da negociação, acordos, regras, contratos, entre outros, portam limites temporais, ou seja, deverão ser revistos, reavaliados e renovados.

“A gente combina tudo de novo quando ele traz uma namorada nova, é só para lembrar.” (Berenice)

“Isso, a gente faz o combinado.” (Breno)

O acordo entre os dois, no que concerne à presença da namorada na casa, é reatualizado quando uma nova candidata se apresenta. Berenice “lembra” ao filho o antigo acordo e, provavelmente, não espera modificações. Todavia, apesar de dizer que faz o combinado, encontramos no discurso de Breno uma referência a uma possível modificação do estatuto acordado.

“Às quartas-feiras a Bianca [namorada nova] dá plantão de manhã cedo aqui perto de casa, ela acabou que dormiu aqui, porque ia ficar tarde para ir e voltar no dia seguinte.” (Breno)

O acordo entre mãe e filho abriga a noção de que a namorada só pode dormir na casa nos finais de semana: esta foi uma deliberação de Berenice com a aceitação de Breno. Entretanto, o consenso inicial pode estar perto de ser reformulado, por conta do sinal positivo de Berenice, diante da argumentação do filho pela ruptura do acordo naquela noite. Essa atitude entre mãe e filho de rever um acordo abre uma brecha para a legitimação dos interesses do filho, no âmbito da relação.

Também Filipe esgarça a rede de regras da casa. No que concerne ao acordo de arrumação de seu quarto, conseguiu, por meio de pequenas rupturas cotidianas, iniciar um processo de negociação com a mãe, no qual benefícios pessoais seus vêm sendo aceitos e constituindo um novo acordo de arrumação. “Arrumo o meu quarto e ponho a roupa suja para lavar no dia da diarista. Nesse dia fico em casa e oriento ela.”

Nesse caso, foi Filipe quem iniciou o processo de negociação e coube à mãe aceitar os termos dele: “Achei razoável”, completou Flávia. Segundo Ramos (2002) o filho adulto pode brincar com as regras da casa, até o ponto de torná-las mais leves e prontas para um novo acordo.

A camisa manchada de Henrique nos serve de exemplo sobre a forma pela qual os acordos familiares – e, especificamente, os referentes à relação entre mãe e filho – são revistos e reformulados, em função do ciclo vital familiar.

“Eu mostrei a mancha para ela e ela falou, “Vai ver que foi você mesmo que fez isso”, eu argumentei que não e ela falou, “Então manda lavar na lavanderia”, eu disse, “É, essa é a coisa mais fácil para você, em vez de disciplinar a empregada”. (Henrique)

“A solução tem que ser dele, tem que vir dele, ele que tem que mandar lavar as roupas fora.” (Helena)

O consenso em torno da criação de um espaço relacional igualitário e de uma relação menos assimétrica foi decisão da dupla. Contudo, Henrique recorre ao antigo lugar de filho para fazer valer seu direito de ter uma mãe responsável pelas atividades domésticas da casa, ou seja, por disciplinar e controlar a empregada. Essa atitude de Henrique é oposta às novas combinações da relação, propostas e acordadas em conjunto pelos dois. Diante disso, Helena o recoloca no lugar de filho parceiro e, assim, defende seu próprio lugar de mãe, descompromissada da vigilância do cotidiano da casa. Nesse sentido, reitera e reforça o acordo inicial, apesar dos protestos do filho.

Alice e Amanda realizaram um acordo que explicitava a responsabilidade da última por alguns itens das compras de supermercado. Esse consenso baseou-se nas freqüentes divergências entre as duas, a respeito das marcas dos produtos de preferência de Amanda. Combinaram então que Amanda assumiria o compromisso de comprar pessoalmente os itens em questão e Alice não mais o faria.

“Sou péssima de organização financeira, não tenho o nível de organização da minha mãe. Comia todos os dias na rua, inclusive no fim de semana, almoço e jantar, faço cursos caros de línguas e fotografia, acabo chegando ao fim do mês sem dinheiro. A gente conversou, eu falei dos meus gastos e ela resolveu me ajudar, sugeriu mudanças. Agora janto em casa e não compro as coisas que eu comprava no supermercado.” (Amanda)

A negociação e a construção de um acordo entre as duas não impediu que houvesse espaço para uma nova negociação, caso o acordo não funcionasse. Dessa maneira, chegaram a um novo acordo, através da conversa, que exime Amanda do compromisso anterior e reporta a Alice a responsabilidade da compra dos produtos de preferência de Amanda. “Eu acho que devo ajudá-la nesse momento”, diz Alice.

Gabriela saiu da casa dos pais para morar sozinha, quando conseguiu seu primeiro trabalho estável. A saída foi negociada com os pais, que a apoiaram e validaram seu desejo de mais independência e autonomia. Entretanto Gabriela foi demitida. Fez outras tentativas de inserção em sua área, até decidir que seria

melhor mudar de campo de atuação e fazer um concurso público. Para tanto, recorreu aos pais e, em conjunto, negociaram o seu retorno ao domínio parental.

“No início foi muito difícil, tive que negociar tudo com a minha irmã, a gente teve que dividir o mesmo quarto... Com os meus pais foi mais tranquilo, eles me apoiaram muito na minha decisão.” (Gabriela)

“A volta dela foi muito boa para nós, eu gosto de poder ajudar a minha filha e ela é supercompanheira.” (Gil)

Dessa forma, a família precisou renegociar os lugares de cada um, tanto no espaço da casa quanto no das relações. De acordo com Minuchin (1981), quando um membro da família deixa a casa, há uma reestruturação no espaço familiar. O organismo familiar demanda, então, transformações em sua configuração prévia, em função da prevalência de um conjunto de procedimentos entre os membros, fundado em regras acordadas a partir de tal configuração. Por outro lado, o retorno de Gabriela mobilizou, entre os membros de sua família, uma necessidade de retransformação e a revisão dos acordos posteriores à sua saída de casa. “Tive que discutir com a minha irmã, desde a luz do meu abajur aceso para ler, até o volume da televisão do quarto...”

Em relação aos pais, as conversas que mantiveram ao longo do processo de retorno a casa foram suficientes para que as negociações dos detalhes do cotidiano se tornassem minimamente resolvíveis. Por meio de comunicações rápidas pelo telefone, por exemplo, Gabriela e os pais tomam decisões a respeito do cotidiano da convivência. “Quando ela chega cedo, prepara o jantar, nos avisa e trazemos um complemento.” (Gil) Dessa maneira, conseguem soluções dinâmicas, calcadas em posições mais igualitárias e condizentes com as novas posturas acordadas.

Flávia não consegue negociar com Filipe a divisão das contas de energia da casa.

“Às vezes eu mostro para ele a conta de luz, é um absurdo de alta, mas ele não se manifesta ... o meu marido não sustenta isso, não acha que haja necessidade no momento ... há acomodação, o evitar atrito com coisas materiais, nem precisamos de fato disso, seria mais pelo lado educativo.” (Flávia)

A noção de construção de um acordo, nesse relato, permite-nos observar a demanda por um engajamento mais amplo na idéia de um projeto familiar. Uma relação que tende ao igualitarismo requer a participação do filho no seio do coletivo familiar, através do empenho pessoal e acolhimento de uma proposta, que diz respeito aos interesses de todos. A indiferença de Filipe, aliada à não participação do marido, parece afetar a idéia de Flávia a respeito de um sentido de ambiente familiar baseado na cumplicidade e na troca.

Esse consenso seria fundamental para a construção de um sentido de estar em família, atrelado a um significado mais profundo da concepção do viver junto, que possa habitar o imaginário dos membros da família nesse ponto do ciclo vital familiar. O sentimento de acomodação, revelado por essa mãe, pode ser conectado a certa paralisia, compatível com os terrenos ambíguos nos quais as contradições são abundantes. Dimensões como os sentimentos de pertencimento e de lealdade ao grupo familiar parecem, também, estar implicadas nesse depoimento. Levar a diante um processo de negociação passa, igualmente, por esses sentimentos.

As negociações ocorrem também na comunicação não-verbal e na crítica indireta. Podemos partir do princípio de que algumas vezes os indivíduos preferem funcionar de forma implícita, por meio de uma comunicação silenciosa, que permita resguardar suas insatisfações. Amanda, quando chega do trabalho, vai à cozinha, prepara seu lanche e, normalmente, come ali mesmo, conversa um pouco com a mãe e em seguida vai para o seu quarto. “Às vezes percebo que ela está cansada, abatida, daí lavo a louça para ela.” Nesse caso, Alice, a mãe, não verbaliza seu pedido de ajuda: no entanto, sua expressão é um sinal enviado para Amanda.

Caio verbaliza suas intenções de mudança, através da ironia: “Falo com ela: Ih a geladeira está fraca de suco da fruta tal, da marca tal...” Cláudia diz que responde no mesmo tom: “Ih é... Está na hora de você fazer um passeio no supermercado.” Assim, a dupla se comunica de forma a evitar um conflito direto, a mensagem é transmitida e as decisões são tomadas. De acordo com Cláudia, nas manhãs de sábado ou domingo, nas quais o filho não trabalha, ela e o marido o convidam para tomar um café da manhã em um conhecido supermercado da zona sul da cidade. Após essa refeição em conjunto, fazem as compras, os três, para o abastecimento da geladeira, ao longo da semana que se inicia.

O processo de negociação pode ser entendido como uma tentativa de reequilibrar os equilíbrios instáveis da relação. Em prol de evitar uma ameaça ao equilíbrio relacional, busca-se o acordo que é uma forma de estabelecer uma distância suficiente entre esses indivíduos.

5.5.2

O Jogo interativo

Diante das regras familiares e das dimensões hierárquicas envolvidas em seu contexto, visualizamos a complexidade do terreno familiar e a necessidade de ultrapassar a visão de linearidade e previsibilidade nas interações entre os membros da família. Para tanto, nos valem da noção que privilegia a capacidade de reformulação e mudança na família e a utilização dos múltiplos *selves* de cada indivíduo, de acordo com os interesses e possibilidades do contexto interacional (Berger e Luckman, 1966; Minuchin, 1993).

Adicionamos a esses fundamentos, as contribuições de Schnitman (1994) e Goolishian e Anderson (1994), defensores da noção de que a produção de significado se dá através da ação da linguagem, na esfera da narrativa. Uma rede de narrativas consiste em um produto de intercâmbio e práticas sociais, de diálogo e de conversações, sendo assim, somos co-autores das nossas narrativas e o significado está sempre em processo, surgindo da reconstrução e da redescritção.

As regras familiares e a hierarquia não sendo categorias *a priori* e, sim, construções sustentadas, questionadas e negociadas nas relações entre os membros da família em suas vidas cotidianas nos dão a base para as reflexões necessárias. Nessa medida, a realidade é construída no dia a dia, é atualizada na interação, através da comunicação e da linguagem. A possibilidade de modificação e reconstrução ocorre pela ruptura, pela quebra, pela discontinuidade dessa rotina banal e, dessa forma, a realidade subjetiva pode ser alcançada.

Na verdade, observamos a existência de um jogo interativo na dimensão relacional. O esforço de “equilibrar os equilíbrios instáveis” da relação parece provocar uma dinâmica, calcada em um ir e vir das esferas relacionais. Essa movimentação tem como objetivo assegurar os interesses que se apresentam, em determinados contextos da interação.

A partir desse tema, o jogo interativo, distinguimos os seguintes subtemas: a experiência de separação na família; o quarto na casa dos pais, as portas abertas ou fechadas; as dimensões de poder e controle: distribuições e disfarces; diferentes formas de comunicações na rotina; tateando em busca da distância apropriada na relação.

. A experiência de separação na família

Sabemos que a saída de um filho de casa deixa marcas no terreno familiar e contribui para a reformulação dos lugares de cada um nas relações. As famílias B, C, D, F e G viveram essa realidade e a família H se prepara para a saída da filha mais velha, no final do ano de 2008. Correlacionamos esse marco na família com algumas situações apontadas pelos nossos entrevistados, tais como o peso de desinvestimento da mãe na vida cotidiana da casa após a saída de um dos filhos; o distanciamento na relação no momento atual e a retomada de um novo projeto de vida no contexto parental. Essas situações se mostram de tal forma implicadas umas nas outras, que decidimos discuti-las em conjunto.

Essas situações aparecem nos relatos de Berenice, Doris e Diana, Flávia e Filipe e Helena. Começaremos nossa análise pela narrativa de Berenice: ela afirma que a saída da filha mais nova, que foi morar com o namorado, foi tranqüila para ela e lhe possibilitou a vivência de um sentimento maior de liberdade e mais coragem para pensar o seu futuro. “Minha vida foi uma ralação, agora estou me sentindo no ponto para realizar algumas coisas diferentes, quero cuidar mais de mim.” Berenice deu um prazo de dois anos ao filho Breno para este sair de casa e viver a própria vida, independente dela. “O prazo que eu dei não tem dia certo, mês certo, não é assim... É mais para ele se programar, se planejar e cuidar da própria vida.” Por outro lado, Breno considerou a proposta da mãe injusta: “Não conheço nenhum caso como esse meu.... Eu entendo os argumentos dela, mas no fundo fico muito incomodado.”

Para Singly (1996), a eficácia do ato de sair de casa, tanto para os pais como para os filhos, está intimamente vinculada ao fato da comunicação partir dos filhos. Estes ressaltariam, através da decisão, a necessidade do alargamento de seus domínios pessoais, conquistada por uma relação suficiente com os pais e com

a vida social, em termos de aquisição e construção de autonomia. Quando ocorre o contrário, essa situação pode ser vista como um ato de desvalorização da capacidade de emancipação do jovem, podendo construir uma imagem negativa do filho aos seus próprios olhos e aos dos outros. E ainda poderia constituir uma injunção contraditória (Kauffmann, 1996, p. 36), tornar o campo relacional ambíguo, uma vez que as vozes contrastantes implicam em desorientação.

Diana se refere a um sentimento parecido com o de Breno, quando percebe na fala da mãe, os elementos que a levam a concluir que ela atrapalha a vida dos pais: “Eu devo atrapalhar a vida deles, às vezes eu tenho essa impressão: é desagradável, me sinto meio mal com isso.” E Doris relata: “Os nossos atritos atrapalham a minha relação com o marido... Vejo como o meu filho se vira bem sozinho, ela também poderia...” Embora não tenha falado em prazo para sair de casa, como Berenice, Doris sugeriu à filha que fosse morar sozinha e até mesmo, ofereceu-lhe um complemento financeiro, para que esta se sentisse mais segura. Contudo, Diana argumenta que prefere esperar mais um pouco: “O meu relacionamento afetivo foi para o espaço, não estou em um bom momento.”

Nesse sentido, a saída de um dos filhos abre uma nova perspectiva no que tange à elaboração de projetos pessoais ou daqueles que envolvem a família como um todo. Flávia reitera que tenta se “aposentar” das atividades de dona de casa: “Eu tento, mas... se eu não fizer, ninguém faz: o jeito é se abstrair...” Filipe contra argumenta: “Ela deixa rolar, meio que desistiu.” Percebemos a tentativa de Flávia de interromper ou diminuir seus afazeres domésticos, ou até de direcionar essa energia para fora do eixo familiar. Por sua vez, seu filho se ressentia desse “abandono” e se refere à diferença, no ambiente familiar, quando o irmão mais velho participa de uma refeição na casa. “Não só a comida é mais caprichada, como a gente conversa mais, fica mais animado,” diz Filipe.

Observamos que o maior envolvimento da mãe na presença do irmão chama a atenção de Filipe para o distanciamento relacional que ronda a sua experiência com a mesma. Em seqüência, Flávia afirma: “Você fica no seu quarto e nem sabe o que se passa.” Dessa maneira, entendemos a turbulência silenciosa que ocorre na família, quando esta vivencia tal evento. Diana, por exemplo, admite que em sua casa a cozinha só fica “abarrotada de coisas deliciosas” quando o irmão vem visitar a família nas férias. Por outro lado, Doris ressalta que o filho

gosta de fazer refeições com a família, ao contrário da filha, e por isso a cozinha da casa fica melhor abastecida nessas ocasiões.

Helena, vivendo uma aposentadoria do trabalho recente e a realidade da saída de casa da filha mais velha, admite que chegou a hora de cuidar de si própria. Para tanto, tenta engajar Henrique em seu projeto, o que se mostra difícil, em virtude da recusa do mesmo, percebida em suas constantes reclamações quanto à falta de ordem da casa. Essa atitude de Henrique instiga uma maior participação da mãe na vida doméstica da família, o que não representa o desejo atual da mesma: “Agora eu quero mais tranquilidade emocional.”

Assim, o distanciamento relacional poderia ser visto como o resultado de projetos de investimentos emocionais de outras ordens, fora do campo das relações em questão, no que concerne ao universo parental. Contudo, entendemos esse processo de desinvestimento como abrigando as duas gerações e atuando de forma complementar: de modo que o desinvestimento de um contribui para o investimento do outro em outros setores e relacionamentos. Assim, há a alternância de desinvestimentos, ora dos filhos, ora dos pais. Essa alternância pode permitir a existência de um ambiente mais arejado na família e facilitar as entradas e saídas de seus membros, isto é, garantir a continuidade do ciclo vital familiar (Carter e MCGoldrick, 1989). De todo o modo, a experiência de separação abala a família, introduz sentimentos novos ou diferentes e promove a percepção de sentidos diferenciados no *continuum* familiar.

. O quarto na casa dos pais, as portas abertas ou fechadas

A cultura dos estratos sociais médios brasileiros preconiza que os filhos, ao saírem de casa, deverão construir seu espaço no mundo social de forma independente dos pais. Estes últimos, por seu turno, irão ressignificar, segundo Berthoud (2003), suas funções parentais de uma forma menos protetora e com um maior distanciamento. Entretanto, face ao prolongamento da convivência familiar, deparamos com a idéia da construção de um espaço geográfico independente dentro do próprio território da família. Os filhos adultos, em seus quartos, que seriam espaços inventados para garantir sua autonomia, alteram o significado cultural da distância física, fato que nos leva a refletir sobre as dimensões de

proximidade e autonomia na relação. Os pais, assim, deverão ressignificar suas funções parentais sem o distanciamento e, dessa forma, poderão resvalar em mecanismos de controle e proteção na prática cotidiana com os filhos. E estes terão que lidar com esses dispositivos.

Ramos (2002) afirma que a construção do si (soi) se realiza, em parte, na apropriação do quarto, “na edificação de um mundo material que supõe a mobilização de certas facetas de si.” (p. 121) No âmbito da casa, os espaços parentais são dominantes e incluem um conjunto de normas que define as fronteiras entre as duas gerações, a conservação de certas distâncias, enfim, o lugar de cada um nessa dinâmica intergeracional. Dentro dessa perspectiva, o quarto adquire uma noção de lugar no qual se configura a posse e a manutenção dos espaços pessoais do filho, na casa dos pais.

Por outro lado, os pais são soberanos na normatização dos lugares da casa. Inclusive em relação ao quarto dos filhos, os pais fixam ordens para esse espaço, segundo seus próprios critérios. Nesse sentido, os quartos de Amanda, Caio, Henrique, Breno, Diana e Elisa podem ser vistos como uma extensão do espaço parental. Como passam o dia todo fora, no trabalho, as mães ou as diaristas entram e saem, mexem, remexem, empilham sobre a cama ou guardam nos armários as roupas limpas e trocam objetos de lugar, ao fazerem a limpeza.

O quarto de Amanda está sempre aberto, mesmo à noite, quando ela está em casa. “Quando eu quero ficar sozinha, vou para o meu quarto, leio ou fico no computador, mas não tenho essa de fechar a porta, só quando vou dormir.” Alice entra, conversa, “mostro para ela onde coloquei uma determinada coisa...” Nos fins de semana, Amanda raramente fica em casa, indo para a do namorado. Todavia, quando recebe o mesmo, mantém a porta do quarto fechada.

Ao sair para o trabalho, Caio frequentemente deixa a porta do quarto aberta. Logo que ele sai, Cláudia entra para apagar a luz do abajur e se irrita com a cama feita de qualquer jeito, segundo ela: “Joga a colcha e finge que arrumou a cama”. Caio, quando está em casa, prefere ficar no quarto: “Tenho o péssimo hábito de comer vendo televisão, então como no meu quarto”. “A porta do quarto dele só fica fechada quando ele está dormindo, ou no fim de semana, quando a namorada está. Se eu quiser falar, bato e ele abre, falamos, eu nem entro”, conclui Cláudia.

“A bagunça do quarto dela é ostensiva, todo mundo pode ver, a porta fica sempre aberta, entro para dar um jeito”, declara Eva. Elisa, de modo muito infrequente, fecha a porta de seu quarto: “Quando vou me vestir, eu fecho, mas durmo de porta aberta.”

A empregada da casa entra, diariamente, no quarto de Henrique para fazer a cama, deixar as roupas passadas e levar as sujas. Durante a noite, ele mantém a porta fechada. Assim, quando Helena precisa lhe falar, deve bater na porta e ouvir um sinal positivo para entrar. Caso contrário, aguarda que Henrique abra e conversam. “O meu quarto é o meu mundinho, tenho tudo lá, meu computador, minha televisão, telefone... Minha mãe usa meu computador às vezes, sem problemas.” Helena diz: “Normalmente uso o computador à tarde, quando ele está no trabalho: à noite, respeito a privacidade dele.” Henrique não leva a namorada para dormir com ele em seu quarto: “Levo ela, fazemos um lanchinho e saímos.”

Breno fecha a porta do quarto ao sair, mas é suposto que a diarista ou a mãe lá entrarão para a limpeza. Berenice esclarece: “Observo todas as posições, dos porta-retratos, dos livros, ensino a diarista como fazer, para que fique tudo do jeito que ele gosta e deixou, a única coisa que eu faço é ajeitar as almofadas da cama como eu gosto e ele sempre reclama disso. (risos)” “Eu sei se foi ela ou a diarista que entrou no meu quarto pela posição das almofadas”, relata Breno. Mesmo respeitando a ordem dos objetos pessoais de Breno, Berenice dá um “toque pessoal”, deixa a sua marca, através da arrumação das almofadas da cama do filho.

Na sexta-feira à noite, a namorada vai para a residência dos dois e dorme no quarto com Breno. Normalmente, ficam com a porta fechada, mas, segundo Berenice “entram e saem o tempo todo, circulam, vão à cozinha preparar um lanche...”

As coisas de Diana não cabem em seu quarto e, portanto, se apossou do armário do quarto do irmão, que mora no exterior, e do quarto de empregada. “Meu quarto não é grande e tenho coisa demais, preciso de mais espaço.” Nesse caso, alguns espaços da casa foram reformulados para acomodar as suas exigências e seus passos em direção ao questionamento e ao rompimento dos limites parentais. Doris percebe essa situação como difícil: “Ela não tem mais

limites nem no espaço: eu e meu marido estamos com dificuldades em relação a isso.”

Quando está em casa, Diana se fecha no quarto, de forma que a mãe não sabe se ela vê televisão ou fica no computador. “Ouço muito o telefone celular tocando e ela falando”, diz Doris. “Minha mãe respeita quando eu estou no quarto. Se ela quer falar comigo, escreve um bilhete e pendura no espelho do banheiro.” (Diana) A filha demarca rigidamente as fronteiras entre ela mesma e a mãe e amplia seus horizontes físicos no espaço da casa. Como os pais viajam quase todos os fins de semana, Diana se “espalha pela casa”: “Peço comida de restaurante, durmo na sala...”

Filipe não deixa a mãe entrar em seu quarto quando ele está presente: “Ele me barra na porta com o corpo e pergunta o que eu quero.” No entanto, ao sair para trabalhar, deixa a porta aberta. “Deixo a porta do quarto aberta: pode entrar à vontade, só não gosto que entrem quando estou trabalhando em casa.”

O quarto de Gabriela é ignorado pelos pais: “Não entramos, só se ela pedir”, diz Gil, “ela sai e fecha a porta, só a faxineira entra”. Gabriela relata que às vezes esquece a janela aberta e pede para o pai ou mãe entrarem e fecharem. “Se ela arruma a cama ou se não arruma, é problema dela” ressalta Gil. “Eu passo a maior parte do dia fora, às vezes almoço em casa, mas não é certo... à noite fico na sala com meus pais, vemos televisão, conversamos, depois vou dormir”, relata Gabriela.

Em função dessas narrações, percebemos que somente Filipe e Gabriela mantêm um controle sobre o espaço de seus quartos e assumem a sua organização, independente dos pais. Filipe faz questão de separar o seu espaço do resto da casa e luta, diariamente, pela privacidade, pela não intrusão da mãe: ou seja, estabelece as fronteiras individuais e impede a mãe de controlá-lo em sua presença. Por outro lado, Gabriela, em virtude de já ter conquistado, ampliado e validado seu espaço pessoal na relação, conta com o respeito dos pais às decisões comuns. Ao mesmo tempo, beneficia-se de outros espaços da casa, como a sala e a cozinha, como extensões de seu espaço pessoal: isso quer dizer que esses espaços, antes parentais, agora são coletivos.

Nos outros relatos, entendemos que, de portas abertas ou fechadas, os quartos dos filhos, com algumas pequenas variações, podem ser vistos como

extensões do domínio parental e não são conotados, pelos filhos, como um território pessoal a ser preservado do controle dos pais. Sendo assim, os quartos podem ser entendidos como territórios flexíveis dentro do espaço familiar. Essa constatação surpreende, pois, de acordo com a bibliografia estudada (Ramos, 2002; Berthoud, 2003), seria esperada uma defesa mais intensa desse espaço pessoal, a fim de evitar o controle parental. Diante disso, argumentamos que o processo de autonomia, no universo desses filhos, pode se encontrar em um nível tal de conquista e legitimação, que as variações invasivas que identificamos, por parte dos pais, sejam percebidas como “ajuda”, “contribuição à falta de tempo”, nos limites da interação. Nessa medida, entendemos que a “presença” do jovem em seu quarto seja o norteador da noção de privacidade, como observado nas famílias B, C, D, G e H.

Acrescentamos que a defesa desse espaço, também, pode ser conotada como mais intensa no plano do imaginário do que no do concreto. Dessa forma, a percepção do termo privacidade, vivida no espaço físico do quarto, pode ter se tornado elástica e integrada às noções de trocas mútuas, simetria e mutualidade: em outras palavras, vem sendo reformulada na cotidianidade.

. As dimensões de poder e controle: distribuições e disfarces

A família ideal é frequentemente definida como democrática. No entanto, Minuchin (1974) questiona que a família seja uma sociedade de iguais. O autor sublinha que “mesmo uma sociedade democrática não se faz sem liderança.” (p. 63) Sob seu ponto de vista, o uso diferenciado de autoridade é necessário para o subsistema parental. Essa afirmação do autor diz respeito à família, em um sentido mais largo. E, contudo, no que concerne ao prolongamento da convivência familiar, observamos que, ainda que a liderança ou o poder na família de adultos exista, ele é todavia relativizado e distribuído pelo constante processo de negociação nas instâncias relacionais. Esse processo, apontado no item anterior, visa à simetria de posições entre as duas gerações, ou seja, ao uso de uma liderança discutida.

Mesmo que relativizado, o uso do poder, sob a forma do privilégio à palavra parental, existe e resiste nos limites da família de adultos. Embora só o

tenhamos reconhecido de uma forma explícita na família B, identificamos seus mecanismos nas outras, igualmente. A seguinte frase, retirada do discurso de Berenice, representa a sua versão explícita: “A casa é minha, eu que coordeno.” Encontramos, também, no relato de Flávia, a mesma referência, mesmo que de um modo menos enfático: “A casa é nossa [dela e do marido]: é nossa responsabilidade o pagamento das contas.”

Por outro lado, é possível ter a noção do poder que a posição parental pode conferir e, todavia, falhar no controle. Esse é o caso de Doris, que não consegue “controlar” a filha e, assim, utiliza a figura do marido e pai de Diana para agir em seu lugar. Dessa forma, tenta exercer o poder por meio de um mecanismo de controle alternativo, ou seja, constrói uma relação triangular para validar a sua liderança. “Minha mãe manda o meu pai me ligar para saber onde eu estou”, diz Diana.

Observamos uma redistribuição de poder entre as duas gerações, de forma ora discutida, ora silenciosa. Um controle percebido como companheirismo: é assim que Alice e Amanda se referem às conversas sobre o relacionamento afetivo e as questões do trabalho da última. Amanda sublinha a competência da mãe, sua experiência de vida e, sobretudo, sua cumplicidade, uma conquista da relação. Dessa forma, Amanda permite que Alice pergunte e dê sugestões nesses dois setores de sua vida pessoal. “Eu entendo o que ela passa, já passei por isso, isso de você querer estar satisfeito com o que faz, ninguém está satisfeito *cem por cento*, eu ajudo a ver as coisa como elas são”, comenta Alice.

“Cuidado e proteção”, dessa forma, Elisa define o controle da mãe que, assim, escapa da conotação de um “vigiar” e possibilita uma visão mais igualitária dos lugares na relação. Elisa, quando chega à casa de manhã, após sair com amigos ou com o namorado, renomeia o interesse da mãe, que insiste em saber onde e com quem estava: “Não sinto como controle é mais um cuidado mesmo.”

Nesse universo de poder, é possível que ocorra uma inversão de papéis. Elisa, através da sua competência, legitimada pela mãe e pelo pai, limita a mãe em alguns momentos da relação e sugere mudanças de atitude: “Eu tenho uma postura mais ríspida, acho que tem a ver com a coisa de colocar limites, dar um toque, quando está demais.” Contudo, o poder simbólico continua nas mãos dos pais: “Eu cobro coisas, ela não faz, mas, mesmo assim, eu cobro”, diz Eva. Assim, o

suposto lugar de exercício de poder, o domínio parental, é ocupado por um filho, dependendo do contexto interacional.

Se tomarmos como exemplo o controle dos pais na arrumação dos quartos dos filhos, poderíamos inferir que, pelo lado dos últimos, se trata de uma submissão proveitosa diante desse mecanismo utilizado pelos pais. Uma situação na qual pode haver um ganho secundário, ou seja, tempo para outras atividades que pode indicar um mecanismo de resistência ao poder. Esse contexto, sob a perspectiva da complementaridade, pode revelar que pais e filhos se encontram em uma situação pouco flexível, e pouco sujeita à reciclagem (Schnitman,1994). O jogo pode ser criativo se os participantes, ao observarem as flutuações ao redor, conseguem utilizá-las para obter novas possibilidades ou para recuperar e reciclar o que já existe.

De toda a forma, percebemos que ocorrem, nesse campo relacional, verdadeiras minilutas pelo poder, nas quais se sobressaem aqueles que demonstram suas competências e as têm como legítimas e válidas. Nesse sentido, podemos dizer que o poder é distribuído, redistribuído e disfarçado nas diferentes instâncias competentes da relação. A hierarquia do poder, vivida em momentos em que pais e filhos se mantinham em um nível de diferentes lugares de decisões, abre espaço, esmaece os tons e incorpora a flexibilidade. Acreditamos que tudo isso configure uma estratégia de lidar com a possibilidade de conflito e os riscos que este traz a reboque, pois se de um lado encontramos a possibilidade de uso do poder, atributo dos pais, de outro, contudo, identificamos a disposição do uso de mecanismos de revide, no caso dos filhos. Essa seria uma conotação da troca simétrica da relação.

A máxima popular, de outros tempos da nossa cultura, “Manda quem pode e obedece quem tem juízo”, pertence aos legados da história e serve de referência para compreendermos alguns deslizes no universo da família. O poder e o controle, na família brasileira, foram temas amplamente discutidos por Freyre (1933). Este, compreendendo a família nos limites da visão patriarcal, coloca uma ênfase maior em sua esfera institucional, em detrimento do sistema relacional dos seus membros.

Em um estudo posterior, DaMatta (1978) defende que o sistema hierárquico seja compreendido como o lugar no qual um sujeito tem precedência

sobre o outro. Esse autor nos fala de uma prática hierárquica não descolada da sociedade e da família brasileira de hoje, assim como de uma herança do sistema patriarcal que transforma a esfera relacional em um território de contradições que “assombra a nossa existência”. A democracia familiar é, também, feita de paradoxos, ambigüidades e incertezas. É possível a existência de uma hierarquia de poder disfarçado, isto é, o “companheirismo e o cuidado” podem mascarar a manutenção do exercício do controle. Por outro lado, a distribuição e a redistribuição do poder esmaecem os tons hierárquicos e autorizam a vivência de uma liderança discutida.

. Diferentes formas de comunicações na rotina

Entendemos que muitas vezes a palavra envolvida na negociação possa ter certo custo e, por esse motivo, os indivíduos em interação podem tender a usá-la com moderação. Assim, podemos identificar outras maneiras de dizer algo ao outro, de comunicar uma intenção. Observamos nas conversações de nossos entrevistados o uso constante, ao longo de suas narrativas, de pequenas frases que, apesar de curtas e breves, dizem muito. Estas são verdadeiras frases de efeito, quase imperativas, são frases cotidianas, veladamente ameaçadoras, que precisam ser remarcadas e não podem deixar de ser ditas.

“A palavra representa um papel importante, apesar do peso do silêncio no campo das relações e para compreendê-la é preciso selecionar suas expressões sutis.” (Kauffmann, 1992, p. 145) De acordo com essa afirmação, entendemos que o essencial em uma conversação pode não acontecer nas discussões “oficiais”, mas se insinuar na banalidade, ou seja, nas conversas corriqueiras ou triviais e na comunicação não-verbal.

Acreditamos na possibilidade da pequena frase emergir a partir do conflito ou da contradição. Ela teria uma função liberalizante para quem a pronuncia e de apelo a quem ela é dirigida, apelo no sentido de “lembrar” que a situação na qual ela nasceu está, ainda, presente. Assim, ela se inscreve em um contexto ambíguo e pode se desdobrar em várias mensagens. Dessa maneira, frases como “cuide-se”, “leva o casaco”, “não lavou a louça”, normalmente proferidas pelas mães na interação, são carregadas de sentido, apesar da aparência banal.

Gabriela relata que, invariavelmente, quando sai de casa, a mãe Gilda lhe fala: “cuide-se”. Ao ouvir essa frase, Gabriela denomina o que sente como estranho, que essa recomendação tem um tom deslocado e não a compreende. “Ela fala um ‘cuide-se’ com uma gravidade, que eu fico nervosa”, ressalta a mesma. Apesar de não podermos cotejar essa afirmação com a versão de Gilda, pois o representante do casal parental nessa família foi o pai, nos aventuramos a refletir sobre a mesma. É provável que exista a possibilidade de que essa pequena frase carregue uma complexa rede de mensagens, calcada, como já dito, em um fundo de conflito.

Assim, a intensa repercussão da frase em Gabriela reforça a noção de que a mesma revele mais do que o simplesmente dito. Os termos destinados aos sentimentos por ela percebidos, tais como “estranho” e “nervosa”, permitem a visão do contexto ambíguo envolvido na afirmação da mãe.

Caio se refere à “forma irritante da mãe” de dizer “leva o casaco”, quando ele sai de casa, como algo que “meio que me incomoda.” Isso quer dizer que não incomoda muito, mas incomoda mesmo assim. Caio comenta que não responde a essa fala da mãe, que se acostumou, “é sempre assim”: contudo, quando pensa sobre ela, não compreende a sua função.

Talvez, nesse caso, a frase esteja atrelada, somente, à sua função de liberar, “de soltar a palavra”, como ressalta Kauffmann (1992, p. 153). Sendo assim, Cláudia não conseguiria manter o silêncio diante das saídas do filho da residência, e a frase possibilitaria um esvaziamento temporário da angústia. Seria suficiente que o filho entendesse, mesmo que vagamente, a sua mensagem.

Da mesma forma, Eva não consegue deixar de dizer “não lavou a louça” para Elisa, mesmo sabendo que ela nunca o faz. Como Cláudia, ela não consegue deixar de dizer, e o efeito desejado poderia ser o de remarcar uma obrigação da filha, não realizada. Por seu turno, Elisa comenta: “Eu nunca faço nada na cozinha, quando eu faço, não vem um reforço disso, é um ‘mas não lavou a louça’”.

Eva argumenta: “É mesmo, falo isso, mas ela não lava mesmo...” Tal situação desperta nas duas a mesma circunstância de uma injunção contraditória: ambas parecem se enredar nessa variedade de mensagens e não vislumbram uma

possibilidade de saída. Nesse caso, entendemos que a mensagem da frase é lembrar o conflito.

O uso da ironia na interação é, também, uma modalidade de comunicação do tipo indireta, não explícita, que pode ter a função de proteger a relação da possibilidade de conflito. Ela permite um falar sem risco de atrito e libera a mensagem de incômodos e desconfortos na relação. Uma conversa entre Cláudia e Caio na cozinha da residência expõe esse contexto.

“Essa geladeira está fraca de suco de tal fruta e de tal marca.” (Caio)

“É, ela está magra, mas você pode fazer um passeiozinho no supermercado para ela ficar mais gordinha.” (Cláudia)

A utilização da ironia e da brincadeira disfarça a seriedade da circunstância. Mascara a intenção de controle e regulação. Nesse diálogo, estão expressas a crítica indireta e irônica e a resposta na mesma medida. Cláudia percebe a ironia, contudo, é capaz de esboçar um raciocínio a respeito e responde de forma condizente. Ambos utilizam essa forma de comunicação para atenuar um conflito que poderia surgir da cobrança e do controle.

Também Eva e Elisa valem-se desse tipo de comunicação. Elisa quando retira uma peça de roupa de seu armário abarrotado, comenta com a mãe:

“Quem vai passar a roupa da filhinha?” (Elisa)

“Eu acabo passando, ela pode queimar a tábua de passar...” (Eva)

A dupla revela a brincadeira como, de certa forma, institucionalizada na relação. Trata-se de um padrão de interação nesse contexto estrutural. Nesse sentido, ambas, ao utilizarem tal recurso, se tornam capazes de contar de uma forma divertida algo que poderia ter sido o motivo de um atrito. Trata-se de uma representação que atenua o confronto e, todavia é incapaz de mantê-lo fora da ordem do dia.

O diálogo entre Flávia e Filipe, igualmente, revela a alternativa da comunicação indireta e sob a forma irônica, entendendo essa modalidade como uma afirmação por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender.

“Eu digo para ela, a pilha de camisetas está maior que o Everest!” (Filipe)

“Eu entendo que alguém tem que passar, mas quem?” (Flávia)

Flávia demonstra que compreendeu a mensagem, porém remarca seu desacordo. Entretanto, isso não a impede de, posteriormente, passar, ela mesma, algumas camisetas do filho: “Acaba que eu passo umas duas ou três, até o dia que a diarista vem para passar.” Assim, os objetivos da comunicação por via irônica são alcançados e torna evidente o poder desse tipo de linguagem em momentos precisos da interação. Esses dois formatos de comunicação revelam o peso das palavras e as diferentes possibilidades de lidar com o conflito. A pequena frase de efeito o atualiza e a ironia o mascara.

. Tateando em busca da distância apropriada na relação

O indivíduo pode se habilitar, através da escolha, na arte de colocar à distância diferentes dimensões de pertencimento. Em outras palavras, ele escolhe o que deseja ter mais perto ou mais afastado de si, conforme o grau de constrangimento da dimensão em questão. Singly (2007) esclarece essa noção por meio do exemplo da mochila que, metaforicamente, contém diversas dimensões identitárias, construídas ao longo da vida. A vida se constituiria em um jogo de colocar e tirar dimensões da mesma, de acordo com as prioridades do momento. O conteúdo da mochila não é o que importa e sim o poder de escolher o que entra e o que sai.

Entretanto, no âmbito familiar, o fato de o indivíduo poder se autorizar a sonhar com uma vida que congregue, ao mesmo tempo, estar só e estar junto, pode configurar-se como extremamente ambíguo. Por outro lado, estas duas opções podem funcionar em um jogo de vai-e-vem, no qual esses indivíduos definem, escolhem ou hierarquizam o que lhe é mais conveniente. Se for mais apropriado ser *filho de* ou *pais de* em um momento, em outro pode ser mais eficaz ser *companheiro de* ou *parceiro de*. Essa dinâmica representa a possibilidade de reinvenção das relações entre esses pais e filhos, forjada em passos mais voltados à simetria e conquistada nas microexperiências da vida cotidiana. As negociações que irão alargar os espaços pessoais dos filhos – e, da mesma forma, viabilizam

um gradual desinvestimento das funções parentais – transformam o ambiente relacional.

O contexto relacional ora apresentado pode, alegoricamente, ser explicitado através da idéia dos movimentos das marés: a maré montante e a maré vazante. Na esfera dessas interações, diferentes dimensões podem ser hierarquizadas, priorizadas, de acordo com as necessidades do momento. Pode-se ir e vir, mais próximo ou mais distante, sem que tal movimento possa, necessariamente, trazer mal-estar. Trata-se de experimentar na prática, avaliar o que funciona e o que não funciona naquele momento na relação.

Caio tenta escapar do controle da mãe, que quer saber aonde ele vai e a que horas vai voltar, saindo sem avisá-la. Assim, possibilita que apareça uma mãe poderosa para cobrar dele essa “falta de consideração”. Por outro lado, essa mãe controladora e poderosa muda de posição quando Caio, incomodado com a intrusão da mesma em seu quarto, devolve as almofadas que ela colocou em sua cama, dizendo: “Não quero almofadas, põe na sua cama.” Cláudia aceita as almofadas de volta e tenta repassá-las para o outro filho, que mora sozinho.

Caio, também, muda de posicionamento quando a mãe aventura-se a aconselhá-lo sobre o seu trabalho: essa “invasão” de seu espaço pessoal o impele a enquadrá-la em seu posto de mãe de filho adulto.

“Ela não gosta do meu emprego, mas ela não pode dizer nada, não é o fato de ela não gostar que vai fazer eu mudar alguma coisa.” (Caio)

“Está certo, mas é só preocupação, interesse, nada mais que isso.” (Cláudia)

Entre Helena e Henrique ocorre um intenso movimento de mudanças de posições, que se alternam em função das provocações do último. Helena é favorável a um ambiente familiar aberto, igualitário e evita a tomada de decisões unilaterais, defendendo a co-participação. Henrique, todavia, provoca o surgimento de uma mãe tradicional e disciplinadora.

“Eu quero que ela me lembre as coisas que eu devo fazer, estou desconcentrado nos estudos, preciso do reforço dela.” (Henrique)

“Ele que tem que saber isso, é a vida dele...” (Helena)

Observamos nesse diálogo que Henrique não se conforma com essa posição da mãe e apela para uma situação de atrito doméstico (por exemplo, as roupas mal passadas pela empregada) para instigá-la a exercer o seu papel tradicional. Dessa maneira, consegue que a mãe se aborreça com ele, embora a mesma se refira em outro momento da entrevista, à evitação de situações que possam deflagrar o conflito.

Nesse ponto, lembramos de DaMatta (1978), que, em um sentido mais amplo, afirma que o rito autoritário indica uma situação de conflito e que o brasileiro é avesso a crises. O conflito aberto seria um traço do igualitarismo, marcado pelo pressuposto da diferença de opiniões, e por isso é evitado, assim como é visto como um sentimento que deve ser reprimido. Não pode ser visto como uma crise no sistema, pois requereria uma modificação no próprio sistema, na teia das relações. Por isso, o conflito é pessoalmente circunscrito e tende a ser resolvido a nível pessoal. Entendemos que essa herança cultural pode estar presente nas relações e coexiste com as premissas igualitárias. Ressaltamos que, nas famílias entrevistadas, encontramos uma forte tendência à evitação de situações sujeitas ao conflito e, todavia, apesar disso, o conflito insinua-se.

Batemos boca, às vezes, por causa de bobagens dele.” (Helena)

“É, às vezes dou uma de reizinho, de mimadinho, mas ela fala, manda, então, lavar a roupa fora.” (Henrique)

Assim, Helena o recoloca no lugar de filho adulto e ele reconhece a situação. Notamos que o vai-e-vem das posturas dos dois se conforma com um verdadeiro ensaio geral das distâncias apropriadas na relação. À medida que contam a situação, ao longo das entrevistas, percebem os contornos do relato e se vêm às voltas com possíveis interpretações para a narrativa: “viro filhinho” e “não quero mais isso para mim”, dizem, respectivamente, Henrique e Helena.

O conflito pode ser o desencadeador de uma negociação, como também, da alternância de posições na relação. Simmel (1912) defende a idéia de conflito como uma forma de unificação e aponta para a reciprocidade entre os opostos. Portanto, amor e ódio, harmonia e dissonância, associação e competição, simpatia e antipatia não são simplesmente antípodas, são categorias interativas e, portanto, importantes e positivas para o indivíduo.

Diante de uma situação conflitante, Elisa se transforma em mãe de sua mãe.

“Quando ela fica irritada, eu me irrito também, ela fala muito, eu falo: pára de falar, ela fala mais alto.” (Elisa)

“Ela é intolerante e ríspida, eu me aborreço muito com isso, mas é do momento, eu cedo.” (Eva)

“É a forma dela de ser, não tem muito jeito, a gente pontua e tal, eu peço o apoio do meu pai.... ah, com um “Né pai?” Ele não entra na coisa, mas sinto que concorda.” (Elisa)

Elisa tenta enquadrar a mãe e utiliza o pai como o vértice de um triângulo, contando com o seu apoio, não declarado verbalmente. Eva se cala diante da filha. Observamos que essa atitude tem a ver com o reconhecimento da competência de Elisa na relação. Essa competência, legitimada na convivência, transforma o olhar da mãe sobre a filha.

A respeito da formação triangular na dinâmica familiar, Bowen (1988) ressalta que, diante de um conflito não passível de resolução, existe a tendência de se buscar uma terceira pessoa. Assim, a triangulação passa a ser a menor unidade estável do relacionamento. Triangular na dinâmica familiar pode significar uma tentativa de reestabelecer o equilíbrio. O autor parte da suposição de que a relação entre duas pessoas abarca um ciclo de proximidade e distância, e é justamente quando a distância predomina que a triangulação ocorre.

Vejamos outra situação em que ocorre uma alternância de dimensões pessoais, iniciada pelo conflito e transformada pelo reconhecimento da competência.

“Brigamos quando eu já sei o que ela está falando, me irrita, ela fica repetindo uma coisa que eu falei primeiro que ela, que eu coloquei antes, que eu questioneei antes dela.” (Henrique)

“Ele tem razão, mas aí, eu paro.” (Helena)

Todos os relatos desse subtema expõem fronteiras suficientemente nítidas entre os membros, para proporcionarem a proteção necessária de cada espaço pessoal na relação. Por isso, esses indivíduos são capazes de alternarem suas posições, de acordo com as necessidades do momento, sem a ameaça de perda de

autonomia. Ao contrário, nos relato de Alice e Amanda encontramos o oposto, ou seja, fronteiras difusas, características dos emaranhamentos familiares.

Duas questões se distinguem, nesse caso, em função da proximidade e da distância, na relação de ambas. Quando estão no espaço da casa, lembramos que o quarto de Amanda é uma extensão da casa e não um território privado, Amanda e Alice se encontram em um nível de proximidade que as impede de experimentar o jogo de ir-e-vir relacional. A escrivãzinha antiga de Alice que pode ser entendida como metáfora do poder da mãe, “passeou” por vários espaços da casa, até se enraizar no quarto de Amanda, apesar de seus protestos.

“Se eu quisesse dar um jeito na minha bagunça, arrumar melhor, eu até poderia sugerir de tirar ela de lá, encontrar outro lugar para ela.” (Amanda)

“O quarto dela é grande.” (Alice)

“Ela gosta de coisa entulhada, eu não, eu gosto de espaço, mas isso foi ficando esquecido no dia-a-dia, vai ficando.” (Amanda)

Amanda precisa fazer um “esforço” para se distanciar da mãe e assegurar sua autonomia. Por outro lado, Alice não demonstra facilitar esse empreendimento da filha e parece não identificar as competências da mesma. Assim, a incapacidade em abrandar o grau de proximidade torna-se real e dificulta o distanciamento suficiente e necessário para um nível maior de autonomia e à possibilidade de validação de habilidades na relação. O jogo relacional não pode acontecer desse modo.

Por outro lado, diante da conversação mantida entre Berenice e Breno, apontamos para uma comunicação baseada em padrões de interações rígidos e um sentido frouxo de pertencimento. Com isso, percebemos o distanciamento e a pouca capacidade de funcionarem de um modo interdependente. Iguais parecem ser as atitudes de Doris e Diana em sua convivência: ambas demonstram manter autênticas barreiras entre si, as quais dificultam as trocas e a possibilidade de atuarem na base da cumplicidade e do apoio. Observamos, nos dois exemplos, que as relações travadas entre esses membros encontram-se bastante afetadas por conflitos, ora explícitos, ora silenciosos, e calcados em transações invisíveis.

Segundo Bowen (1988), se os membros da família são capazes de distinguir um processo emocional de um processo intelectual, poderiam reagir de

forma a diferenciar o sentir e o pensar na dinâmica interativa. Poderiam, assim, alternar a vivência da autonomia e do pertencimento de acordo com a pauta do momento. A maior parte das pessoas almeja alcançar uma maior individualidade, no entanto “resiste em abandonar o *togetherness* requerido para essa aquisição”. (p. 107)

O que nos parece é que, nessas condições ocorre um verdadeiro paradoxo na relação. A dinâmica interativa, afetada pela situação de conflito, perde a capacidade de refletir e negociar as diferenças. Assim, esses indivíduos estão tão próximos que não percebem formas alternativas para, nesse contexto, se diferenciarem um do outro. Na presença do conflito, ocorre uma intensa proximidade, apesar da rigidez e do distanciamento.

Ainda tendo as famílias B e D como pontos de reflexão, destacamos pistas retiradas de seus discursos, que demonstram as lutas, os ajustes e as estratégias, no âmbito da relação, em prol da diminuição do distanciamento e do aumento do pertencimento. Na família B, tanto Berenice quanto Breno utilizam um mesmo cartão de crédito, sendo que Berenice é a titular e Breno, seu dependente. As faturas para o pagamento vêm discriminadas individualmente, porém são dirigidas à Berenice. Esta, quando chega a fatura, destaca a parte de Breno e a coloca no quarto do mesmo. No dia do pagamento, Berenice lembra o filho de deixar um cheque e ela o deposita em sua conta bancária. No dia seguinte, Breno pergunta à mãe se ela depositou e se tudo correu bem. Com isso, percebemos a sequência de movimentos que aproxima a dupla, incrementando-lhes a comunicação por meio do uso do cartão.

“Eu não preciso desse cartão dela, tenho outros, mas é como um terceiro braço, se ela precisa de alguma coisa, me pede, eu compro e a gente acerta depois, o mesmo ela faz por mim, quando é aniversário dos meus sobrinhos, ou qualquer outra coisa, peço a ela para comprar o presente e pago depois.” (Breno)

“É, acho isso bom, eu telefono ou ele me telefona da rua, combinamos, depois acertamos.” (Berenice)

Na família D, identificamos, na intensa discussão sobre o lugar onde ficará o ponto da Net²⁰ na residência, uma forma de manter os membros ligados e se comunicando.

²⁰ Canal de televisão via cabo.

“O ponto da Net na casa tem que ser discutido, não pode ficar no quarto dela, acho que deva ficar na sala e beneficiar a todos.” (Doris)

“Essa discussão não existe, porque não põe dois pontos?” (Diana)

“Nós quase nunca assistimos televisão...” (Doris)

O consenso sobre o local do ponto da Net, embora possa explicitar o sentido de um controle parental, também revela a estratégia de manter a comunicação entre os membros na ordem do dia. Essas tentativas de conversas e possíveis combinações, em torno do assunto, vêm se arrastando há alguns meses, de acordo com Doris. Enquanto não resolvem tal situação, asseguram minimamente a comunicação entre si.

De toda a maneira, as referências às famílias A, B e D nos apontam a dificuldade em alternar posições e a vivência dos jogos relacionais de ir e vir, que permitem a descoberta de novas possibilidades na relação. Por outro lado, ao nos ocuparmos do diálogo entre Gabriela e Gil, identificamos a experiência plena da dimensão do companheirismo e da cumplicidade na relação. A lista de compras é feita em conjunto, igualmente os almoços de fins de semana, assim como as saídas para degustação de vinhos, que mobilizam os três.

Todavia, explicitamos o seguinte diálogo:

“Às vezes não sei o que dá nele, por exemplo, outro dia, eu estava na sala vendo televisão e coloquei os pés na mesa de centro, ele teve um ataque.” (Gabriela)

(risos) “É um deslize, eu sei que não tem nada demais isso...” (Gil)

“Eu fiquei danada, briguei que nem adolescente e fui para o quarto.” (Gabriela)

Pais e filhos transitam de uma dimensão à outra, permitindo-se o interjogo. Os deslizes e as recuperações são possíveis, em virtude de ocorrerem em uma circunstância dinâmica que suporta essas situações. Tal condição é alcançada por meio de negociações e manifesta-se em um contexto de confiança e favorável à espontaneidade.

A alternância no campo das dimensões relacionais – em função da escolha do que seria mais adequado para o momento ou nos termos de Singly (2007), a hierarquização identitária – desdobra-se em uma mobilidade contínua. Trata-se de

uma sucessão de avanços e recuos, que se constituem como estratégias de convivência. Dessa maneira, observamos que as famílias C, E, H e G, em suas dinâmicas interativas, evoluem no sentido de alternar as dimensões relacionais. As famílias A, B e D não apresentam essa alternância, dentro dos limites observáveis nessa pesquisa, em virtude da rigidez das fronteiras que demarcam seus espaços individuais. Esses membros da família não flexibilizam suas atitudes, estando ora muito próximos, ora muito distanciados, o que inviabiliza o jogo interativo.

5.5.3

Duas lógicas diferentes em ação

A prática cotidiana no universo interacional entre pais e filhos adultos é provocante e instiga questionamentos, quando não deflagra confrontos. As diferentes concepções de mundo e de vida, decorrentes das experiências de cada uma dessas gerações²¹, podem ser mobilizadas e tornarem-se suficientes para uma possível eclosão de conflito ou para a emergência de seu oposto, o silêncio, isto é, o não-enfrentamento.

A vivência do cotidiano põe em cheque essas questões, como pudemos identificar nas conversações de nossos entrevistados. Estes deixam transparecer contrastes e ambigüidades, quando o foco de discussão vem a ser a esfera do trabalho e a vida afetiva dos filhos, pois os valores e ideais envolvidos em seus discursos se constituem como duas lógicas contraditórias. Estas esferas remetem os membros em questão a deslocamentos constantes e instáveis, por serem regidas pela incerteza e instabilidade, tensões comuns à sociedade contemporânea.

Assim, esse encontro intergeracional indica uma descontinuidade de valores e comportamentos de uma geração para outra, no que concerne às esferas apontadas. Desse modo, duas lógicas simultâneas e coexistentes se dão a ver, em um lugar onde convivem, no mesmo espaço, adultos em diferentes posições – pais

²¹É importante esclarecer que, ao longo desse item, utilizaremos os termos geração ou dimensão geracional, sempre relacionando-os à experiência social. Esta é compreendida como vivida e ligada a uma conjuntura histórica e a determinadas particularidades do estrato social em questão. Dessa maneira, a experiência social marcaria, profundamente, as concepções de mundo e de sociedade dos entrevistados.

e filhos –, e que, quando possível, podem experimentar a alternância dessas posições. No caso das posições serem rígidas, o conflito pode aparecer. Contudo, se houver flexibilidade, sabemos que o caminho em direção ao consenso é uma variação factível.

Esse tema desdobra-se nos seguintes subtemas: o mundo do trabalho sob a ótica da relação; o uso do dinheiro; a dimensão da vida afetiva dos filhos na perspectiva relacional e a saída negociada.

. O mundo do trabalho sob a ótica da relação

A partir dos discursos de nossos entrevistados, percebemos que as diferenças na percepção da esfera do trabalho entre pais e filhos podem produzir um terreno de ambigüidades no espaço relacional. A geração dos pais, no que tange à esfera da vida pública, é notoriamente influenciada pelas noções de compromisso e lealdade, valores vinculados à idéia de durabilidade e de política de longo prazo. São característicos desta geração termos como segurança, visibilidade e amplitude, que denotam o quanto importa para quem pertence ao estrato social médio e médio alto a idéia de uma carreira e da realização através do trabalho.

A geração dos filhos, por outro lado, pode representar o mundo do trabalho em uma perspectiva de curto prazo e da provisoriedade das experiências sociais, características do momento contemporâneo. A tática que se afigura como mais adequada para lidar com estas questões, como também com o imediatismo e a velocidade da informação, segundo Tapscott (1998), se converte na atitude empreendedora. O modelo de empresa tradicional – no qual existe hierarquia, controle, comando e metas que consistem em subir na estrutura empresarial – pode não se encaixar nas mentalidades destes jovens que buscam liberdade e ausência de hierarquia, ou apresentam atitudes reveladoras de ousadia e inovação, que contrastam com tal estrutura.

Se por um lado os pais vislumbram um futuro para os filhos em termos da construção de uma carreira, por outro os filhos descrevem em um futuro nesse sentido, temerosos da instabilidade e insegurança geradas pelas transformações operadas nesse domínio. Assim, é comum encontrarmos nos discursos dos pais

referências à “acomodação” dos filhos diante de suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho: e, nos discursos dos filhos, identificamos em suas percepções sobre os pais, expressões como “parados no tempo.” (Henriques, 2004)

O diálogo entre Gil e Gabriela nos aponta o nível, as marcas, das repercussões do ambiente cultural sobre os discursos de cada uma das duas gerações.

“Eu comecei a trabalhar com 18 anos em uma estatal, trabalhava como desenhista, depois fiz escola técnica e depois fiz engenharia, eu tive a oportunidade de ver um campo profissional na minha frente.” (Gil)

“Eu acho difícil de se ter uma consciência como essa hoje... O mercado é complicado, às vezes temos que mudar de especialidade, tem que ralar e aceitar estágio sem remuneração, ganhar pouco para depois poder ganhar decentemente, a minha geração precisa muito mais dos pais do que a sua.” (Gabriela)

Ambos relatam suas visões do campo, refletindo sobre as possibilidades reais de cada uma das gerações, em direção à conquista de um lugar no mercado de trabalho. Gabriela aponta as adaptações ou as mudanças de percurso necessárias para um jovem ingressar nesse mundo. Essa reflexão vai ao encontro da afirmação de Sennett (1998), que pontua a morte lenta da carreira tradicional e a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano, segundo o autor, pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso de sua vida, e “trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho”. (p.23)

Prosseguindo em nossa análise, identificamos nas famílias A, C, D, F e H o confronto entre as duas lógicas apontadas e a dificuldade no reconhecimento dessas variações. Os posicionamentos parecem ser rígidos e em consequência percebemos pouca flexibilidade.

O diálogo entre Amanda e Alice reflete essa realidade:

“Sei que tenho um emprego estável, mas no momento o que está pegando é que eu não estou satisfeita com o meu trabalho, queria procurar outro emprego e ganhar melhor, não gosto do que faço, hoje para mim é um suplício agüentar.” (Amanda)

“Eu entendo, mas isso de você querer estar satisfeita com o que faz eu não acredito, ninguém está satisfeito na profissão real, no princípio é bom, mas depois vem a rotina.” (Alice)

“Ela diz que eu estou numa grande empresa, talvez das melhores do país, mas, pode ser que eu consiga trabalhar em uma empresa pequena e ficar bem.” (Amanda)

“Vai ser a mesma coisa.” (Alice)

Amanda demonstra dificuldade em expor a sua idéia de trabalho aliada a uma prática prazerosa: o fato de estar em uma estrutura tradicional, estável e previsível a paralisa. Nessa medida, revela que nesse campo, não contraria as expectativas familiares concernentes à sua prática profissional. Evidencia, igualmente, ter internalizado a ideologia da produtividade, embora possa vislumbrar outros projetos, antagônicos aos propostos pela geração mais velha. A mãe remarca a idéia de trabalho descolado do prazer, endossa a tradição e nesse confronto, observamos que não há lugar para a troca criativa, tampouco para a busca de alternativas para essa imobilidade.

Doris e Diana entram em um debate direto e sujeito a conflito, em função das diferenças de opiniões a respeito da carreira de Diana. Esta trabalha em um banco de investimentos financeiros e a mãe a reprova por não cuidar do desenvolvimento de sua carreira, se preparando para um concurso público, pois o seu trabalho, de acordo com Doris, pertence à categoria dos empregos voadores, sujeitos aos humores do mercado global das finanças. No conceito de Doris, Diana estaria acomodada em um emprego que não valoriza seus investimentos acadêmicos.

“Ela precisa parar e pensar no futuro dela, na carreira dela, ela está super preparada para isso, estudou fora, investiu...” (Doris)

“Eu ganho bem, estou satisfeita e gosto do meu trabalho, sei que é instável, mas tudo bem...” (Diana)

Diana, por seu lado, descarta os projetos da mãe em relação à sua carreira, para ela basta o “aqui e agora”. Para Sennett (1998), as qualidades do compromisso, da lealdade e da confiança, associadas à durabilidade, entram em conflito com as características da nova realidade conectada à flexibilidade e

inerente ao sistema de curto prazo. As novas relações de trabalho operam em bases móveis, episódicas e fragmentadas, criando dessa forma a instabilidade e o descompromisso.

A partir dessas diferenças, ambas se envolvem em constantes atritos, quando o assunto é o trabalho. O terreno é movediço, em virtude da ambigüidade que ronda essas posições, defendidas por cada uma delas. Doris, por exemplo, sugere à filha que faça um concurso público, ao mesmo tempo que a incentiva a sair do país e fazer uma carreira no exterior. Uma dupla mensagem altamente desorientadora.

Para Helena, o filho também está acomodado, visão similar a de Doris, sendo que a diferença entre Diana e Henrique consistiria no fato do último ser funcionário público. De acordo com Helena, o filho deveria focar mais na carreira e se preparar para concursos de um nível salarial maior. Henrique pensa da mesma forma que a mãe e, contudo, se diz “desconcentrado” e despreparado para um concurso de tal nível, ressaltando que a mãe não conhece a realidade dessas provas.

“Eu sou muito dedicado ao meu trabalho, gosto dos desafios, trabalho mais com indivíduos carentes no social e a minha mãe não entende que me sobra pouco tempo para o estudo e que é difícil passar nesses fins de concursos.”
(Henrique)

“Você já passou em um, porque não vai passar em outro? É só se concentrar, sair menos nos fins de semana...” (Helena)

A pequena frase final desse diálogo expõe a intenção da mensagem e exhibe o conflito entre os dois, no que concerne às diferentes maneiras de perceber o mundo e a vida, em um sentido mais largo. Helena discorda do jeito hedonista de ser do filho: “deveria buscar menos o prazer pessoal, do momento e focar no futuro.” Mãe e filho não escapam da polarização de opiniões. Aos olhos de Henrique, a mãe não valoriza a qualidade e o alcance de seu trabalho, assim como as repercussões do mesmo em sua auto-estima. Em um plano mais abrangente, trata-se de uma visão, pela qual um valor como sucesso econômico se sobrepõe ao retorno no plano pessoal e a realização profissional se encontra discriminada do êxito econômico. De toda forma a polarização de opiniões acerca do trabalho, entre Helena e Henrique, é atravessada pela crítica da primeira à postura do

último, que consiste em privilegiar o momento e buscar o prazer a todo o preço, em detrimento da responsabilidade.

Os pais de Caio e Filipe não compreendem a lógica que rege o campo de trabalho de seus filhos. A fala de Caio ilustra, sob seu ponto de vista, o nível de incompreensão do pai a respeito do que faz profissionalmente.

“Eu argumento com ele como é injusto ele reclamar quando eu chego tarde, eu acordo na hora e vou trabalhar. Eu estou acostumado a trabalhar virado, faço muito plantão, entre os meus colegas, até o meu chefe, existe cumplicidade nesse quesito, a gente apóia um ao outro. Sempre tem um cansado e estressado na equipe. Ele não entende porque não é a realidade dele, ele é economista, trabalha há anos na mesma empresa...” (Caio)

A ótica vertical de relacionamento acolhe a lógica tradicional, que orienta o mundo do trabalho desses pais. Dessa forma, uma perspectiva calcada em relações horizontais e não-hierarquizadas pode ficar distante da realidade dos mesmos. Os passos em direção a uma simetria na relação apresentam-se contidos, assim, as diferenças aparecem soberanas.

Igualmente, Filipe narra a dificuldade da mãe em compreender o seu trabalho. O mesmo é produtor cultural e trabalha por contratos de projetos curtos. Como seu trabalho envolve filmagens, parte dele é realizado em casa, onde edita as imagens no computador. A partir da entrevista entre mãe e filho, cujo assunto, no momento, versava sobre o fato de Filipe, quando está em casa, ficar fechado em seu quarto a maior parte do tempo, identificamos o seguinte material.

“Você poderia sair um pouco do quarto, saber das coisas...” (Flávia)

“Às vezes estou trabalhando... Para falar a verdade eu acho que no fundo, eles pensam que eu estou vendo televisão... Não sei ... Vejo pelos olhares, comentários dias depois, não sei se entendem, mas também, não tem como, eu vou continuar, eu vou fazer assim porque acredito que é melhor para mim. Mas eu acho até que, às vezes, eles entendem, mas sei que é difícil para eles, é meio fora do mundo deles, meu pai sempre trabalhou em estatal e minha mãe quase nunca trabalhou.” (Filipe)

A geração dos pais, de acordo com Ventura (2008) “é dogmática, apostólica, cheia de crenças e de fé.” (p. 27) Como podemos perceber, essas representações foram forjadas em cenários bem diferentes e, como tal, constituem visões distintas de uma mesma realidade, o trabalho de Filipe. Essa situação assenta-se sobre um

fundo de conflito, de diferenças não negociadas. Talvez a dificuldade maior em sair do impasse esteja no fato de essas noções integrarem parte da bagagem cultural de cada uma das gerações. São crenças e as mesmas podem ser inegociáveis, pois associam-se a questões como mérito, esforço, responsabilidade, entre outras. Na qualidade de herdeiros, os filhos esforçam-se em priorizar, descartar, ou até mesmo manter esses imperativos.

. O uso do dinheiro

Opinar sobre os destinos dos salários dos filhos parece constituir uma realidade na dimensão parental, de acordo com as narrações de nossos entrevistados. Essa atitude, todavia, pode desqualificar a competência da geração mais nova, o que nos leva a refletir sobre os mecanismos de poder e de controle dos mais velhos utilizados na interação. Mesmo que tenham as melhores das intenções e adotem uma perspectiva de “ajuda e cuidado”, essa dinâmica pode interferir na autonomia dos filhos.

As famílias B e E não revelam diferenças em relação às escolhas no domínio do trabalho. Berenice, por exemplo, ressalta que Breno, ao incorporar-se nas Forças Armadas como assessor jurídico, deu continuidade à tradição de sua família, já que seu pai e seu avô eram militares. Berenice diz: “Não falo nada a respeito da carreira dele, os rumos que ele quer seguir, ele que sabe.” De toda a forma, dentro do programa da carreira militar, ela não vê motivos de preocupação com a estabilidade financeira do filho.

Eva diz que respeita muito a escolha da filha e aprecia o seu percurso profissional: “Ela é guerreira, trabalha muito, não tenho dúvida que ela vai se dar bem na profissão.” Entretanto, discorda da filha quanto ao uso do dinheiro que a mesma ganha com o seu trabalho. “Ela não guarda, gasta muito, ela podia poupar, pensar mais no dia de amanhã: hoje ela tem tudo aqui, mas no futuro...”

Berenice vai um pouco mais além. Não só discorda da forma como o filho se organiza financeiramente, como também, do ponto de vista de Breno, ela teria sentimentos ambivalentes em relação aos gastos dele. Vejamos o diálogo entre os dois:

“É muito fácil para o filho que trabalha, ficar na casa dos pais e aproveitar o seu dinheiro em seu próprio benefício, trocando de carro, comprando, viajando, comendo em bons restaurantes e os pais bancando todas as despesas da casa.” (Berenice)

“Eu queria que ela mensurasse o que eu dou de gastos aqui, garanto que não é uma quantia ...” (Breno)

“Mas não é isso...” (Berenice)

“Ela não acha correto eu trocar de carro e ela não, é um ciúme da minha mãe comigo.” (Breno)

Berenice aponta a desigualdade na relação, no que tange à destinação dos recursos para o bem comum, isto é, as contas da casa, o abastecimento etc. No caso de Flávia e Filipe, a primeira afirma que desconhece a vida financeira do filho, o quanto ganha e gasta. Percebemos através da sua fala sobre os gastos e as contas da casa, a presença de um sentimento de desigualdade de investimentos nos assuntos de família, uma vez que ela relata que o filho conhece o orçamento da família, o valor das contas e tem uma idéia da renda dos pais.

“Os gastos com luz, telefone, a conversa não surte efeito, o que fazer, cobrar dele? Não temos essa iniciativa, é difícil, no fundo temos a consciência que a casa é nossa, é nossa responsabilidade. Ele deve gastar o dinheiro que ganha com as coisas dele. Ele tem uma idéia, deve ter, do nosso orçamento, a gente comenta, mas ele é muito fechado quanto a isso.” (Flávia)

“É, a casa é deles, eu estou me esforçando para juntar dinheiro para poder sair em boa condição.” (Filipe)

Filipe opta por manter seu lado financeiro longe dos olhos dos pais e esse distanciamento provoca ruptura e desligamento do projeto familiar. O compartilhamento e as trocas ficam comprometidas, daí o sentimento de desigualdade de investimento percebido no discurso de Flávia. Por outro lado, não podemos deixar de remarcar o fato dos pais não colaborarem no engajamento de Filipe na gestão do cotidiano da casa. Ao enfatizarem o tanto de responsabilidade que lhes cabe nessa gestão, uma atitude complementar pode ser esperada pelo lado do filho, isto é, a não-responsabilização.

Nas famílias A, D e H identificamos a visão da incompetência na administração do dinheiro, na perspectiva das mães.

“No setor financeiro eu lido bem, estou segura nisso, tenho um nível de organização e planejamento... Quando ela me ouve, ela tem uma prova de como é bom saber controlar, se a pessoa sabe administrar, facilita muito a vida.” (Alice)

“Sou péssima em finanças, mas estou melhorando, não cheguei ao nível dela, mas eu quero isso, quero ter isso.” (Amanda)

“Tenho a impressão que ela gasta quase todo o salário dela em shoppings, compra muito, não existe mais lugar na casa para as coisas dela ... pelo menos, eu sei que ela investe algum dinheiro no mercado financeiro, mas podia ser menos consumista, guardar um pouco, ela não sabe o dia de amanhã.” (Doris)

“Eu estou aproveitando que eu sou jovem e não tenho muitos compromissos.” (Diana)

“Eu acho que ele encara o salário dele como uma mesada, não encara como salário de um homem da idade dele.” (Helena)

“É a primeira vez que ela fala isso comigo, mas não posso discordar, não guardo dinheiro e não faço planos, esse emprego que tenho para mim é passageiro, devo ir para um melhor, então me divirto, não me imagino casado com esse dinheiro que eu ganho, me imagino solteiro e filho da minha mãe.” (Henrique)

Diante desses diálogos, percebemos que, sob o ponto de vista dos pais, a sua lógica não está em questão, e talvez possamos dizer que ela seja inquestionável aos seus olhares. O grau de intensidade de suas perspectivas a esse respeito pode ser incrementado por padrões interativos rígidos, calcados no poder hierárquico e ainda não negociados, que as suas posições lhes conferem. Ainda podemos refletir sobre a possibilidade dessa rigidez se fundar na defesa dos papéis ativos de pais, isto é, no estatuto antigo da função. Nesse momento de suas vidas pode ser esperado um início de reversão, ou seja, a possibilidade de em um futuro próximo, as palavras dos filhos, além de validadas, alcançarem a preponderância na relação. Nesse sentido, manter um ponto de vista pode significar “agarrar-se” a uma posição de poder, poder de pais, mesmo que atenuado, discutido ou disfarçado.

Dessa forma, observamos que, em relação ao tema do uso do dinheiro, os pais deslizaram entre o sentimento de desigualdade na relação e a versão da incompetência dos filhos. A desigualdade seria compreendida como falta de engajamento dos filhos no projeto familiar, e a outra percepção, conotaria os filhos como incompetentes no destino de seus salários. Agindo dessa maneira, as suas visões tendem a rigidez e a unilateralidade. Sendo assim, acreditamos que

nas trocas próximas da simetria, características dessas relações, existe espaço para a tensão, para a ambivalência e para o conflito, em virtude da presença das diferentes lógicas que orientam as duas gerações.

. A dimensão da vida afetiva dos filhos na perspectiva relacional

Nesse subtema, pretendemos expor o confronto entre as diferentes noções, acerca da vida afetiva da geração mais nova que povoam o imaginário de nossos entrevistados de ambas as gerações. As famílias A, B, E, H e G narram suas idéias sobre tal assunto, revelando as singularidades de suas visões e, ao mesmo tempo, os pontos de contato com as premissas culturais contemporâneas.

Alice, constantemente, opina sobre a vida afetiva de Amanda.

“Eu falo para ela, relacionamento e casamento é que nem trabalho, uma hora você conhece tudo, é a rotina... Eu procuro mostrar para ela como o namorado dela é devagar, acomodado, ela tem que ir trabalhando isso com ele.” (Alice)

“Ela fala em perda de tempo, não usaria essa palavra, mas não sei o que usar, não acho perda de tempo.” (Amanda)

A visão de Alice revela uma perspectiva sólida, controlável, e que faz parte de um conjunto de “verdades” por ela construído ao longo de sua experiência de vida. Essa visão contrasta com a da filha e, contudo, essa não encontra palavras que revelem a oposição ou que relativizem o rígido ponto de vista da mãe. De toda a forma, identificamos o confronto de idéias. Ventura (2008) aponta que a atual geração jovem, a “geração do milênio”, se depara com a descontinuidade em relação à geração dos pais, a “geração maio de 68”. Algo da ordem do sonho da era de Aquário ao pesadelo do aquecimento global. A geração maio de 68 queria tudo a que não tinha direito, a atual tem tudo que precisa e talvez por isso, se revela ambígua e paradoxal.

Nessa medida, a ambiguidade apontada remete a uma idéia de falta de bússola que indique uma opção, entre tantas possíveis. Amanda não se considera perdendo tempo com um namorado “devagar”: sua noção de tempo baseia-se no “aqui e agora”, em um fluir no relacionamento que possibilite o retorno desejado. Giddens (1992) mostra que o “amor confluyente”, significando um vínculo

amoroso próximo e continuado com outra pessoa, é um amor ativo e contingente que entra em choque com o “para sempre” e “único”, máximas da tradição.

Breno retoma o discurso, por ele considerado injusto, de Berenice sobre o prazo para ele sair de casa, a fim de falar da sua dificuldade em morar sozinho e da ansiedade em relação ao sucesso de seus relacionamentos afetivos.

“Quando te dei o prazo, eu não pensei em casamento, pensei que você teria mais de 30 anos e poderia morar sozinho.” (Berenice)

“Eu não quero morar sozinho, quero dividir com namorada, de preferência casado, não sou que nem ela (mãe) que quer morar sozinha. O meu relacionamento com a ex não deu certo, agora estou começando com a Bianca, espero que agora eu acerte, não sei, tomara que sim, é difícil, mas uma hora a gente acerta.” (Breno)

Relacionar-se é uma exposição ao risco e à ansiedade. Talvez a problemática dessa condição seja mesmo a noção de relacionamento, que comporta a perturbação, o vago e o sombrio, revela o prazer e o fechamento nos limites do convívio. Entendemos que se trata de uma idéia em aberto, em busca de redefinição. “O conjunto de experiências as quais denominamos amor, expandiu-se muito” (Bauman, 2003, p.19)

Dentro de um panorama mais amplo, a sociedade consumista alimenta a perpetuação do desejo e dessa forma, detém os avanços do compromisso. O indivíduo se encontra entre “a cruz e a caldeirinha” e pode confundir-se diante do ato de fechar ou abrir as portas para novas possibilidades amorosas.

Eva demonstra sua preocupação diante da troca constante de parceiros de Elisa, e esta se preocupa com o apego da mãe aos seus namorados. A idéia de futuro não está na ordem do dia da última, ao contrário da mãe, que cobra os netos. “Eu quero netos!” diz Eva à Elisa, em um tom sério e impositivo, percebido, também, por meio da expressão de sua face de “cenho franzido” e olhos marejados. Elisa tenta desanuviar o momento, através de uma brincadeira: “Só aceito essas chantagens no Natal!”

“A gente fica mais tempo na casa dos pais, acaba que eles conhecem mais nossos parceiros, se você não tivesse casado cedo aconteceria o mesmo... e tem a coisa de poder ser ficante, adia um pouco fazer os vínculos.” (Elisa)

“Eu entendo, há um tempo eu não entendia, mas agora aceito, mas me preocupo que ela não faça família, desse jeito fica difícil, varia muito.” (Eva)

“Essas preocupações estão distantes para mim, acho que tudo tem um tempo, as coisas podem ir fluindo.” (Elisa)

Elisa pontua todo o contexto na compreensão de sua atitude do momento, a de ser “ficante”. Uma atitude, sob a ótica de alguns autores como Lasch (1974), Chaves (2001) e Bauman (2003), que reflete o descompromisso, uma característica contemporânea. O indivíduo ingere o relacionamento de forma voraz, fica com vários parceiros, numa troca infundável de objetos sem identidades definidas, na esperança de não sentir um vazio, uma falta interna. Em alguns momentos ele se dá conta de que ficar é um paliativo, uma ilusão; em outros se deixa levar pelo prazer imediato da experiência.

A variabilidade de parceiros de Elisa se choca com o projeto de vida familiar desenhado por Eva. Se a filha não lhe der netos será uma falha no desempenho de seu papel de mãe? Essas diferenças colocam em jogo não só o não-enfrentamento direto, ou seja, a “aceitação” como recurso de convivência, como também o aspecto de perda ou fracasso no decurso do ciclo vital familiar.

Henrique se refere à observação da mãe, em relação a cada namorada que leva para conhecê-la, como sempre a mesma: “Ah meu filho, essa é a certa!” Ressalta que após esse comentário, ou se diverte e brinca ou se irrita e faz planos de não apresentar mais nenhuma parceira à mãe. Helena, dentro de sua perspectiva de sentimentos sólidos e duradouros, tenta enquadrar o filho sob a mesma ótica.

Gil e Gabriela travam o seguinte diálogo em seqüência:

“Ela terminou o namoro há um mês e pouco atrás, foi uma pena, eu gostava dele, ele era ótima pessoa, agora vai começar de novo, as saídas até tarde...” (Gil)

“Terminei um namoro que não estava me dando o retorno que eu queria, vou buscar outras coisas, outras pessoas.” (Gabriela)

Atualmente, de acordo com Lipovetsky (2002), existe uma nova forma de relacionamento interpessoal, menos colada aos deveres e mais ligada à realização pessoal. Em suma, o indivíduo de hoje é mais crítico no que tange o universo de seus relacionamentos. Esta atitude mais independente provoca menos

permanência nos relacionamentos e muitas incertezas, no âmbito da relação com os pais.

Assim, ao adotar essa ótica nos relacionamentos afetivos, os filhos promovem a insegurança nos pais. Tal sentimento perturba o fluir dos projetos pessoais dos últimos, sobretudo aqueles referentes à vida conjugal. Os pais, acomodados ao exercício da parentalidade, não dispõem de um distanciamento suficiente para o desinvestimento nesse campo e o conseqüente desvio de olhar para as questões pessoais ou de casal. Nessa medida, há a predominância de indefinição, enquanto os filhos buscam seus parceiros ideais, os pais esperam.

. A saída negociada

Após essa exposição sobre o confronto entre as diferentes noções acerca da vida afetiva dos filhos, apontamos um desdobramento do mesmo, igualmente visível nesses discursos. O ato de sair de casa aparece nos relatos, como um tema associado à fala sobre o namoro. É um tema que se inicia e se esgota, ao longo das entrevistas interativas, sem a intervenção das mães, com exceção da família B.

Trata-se de um tema que emergiu dos discursos individuais dos filhos de forma espontânea, e atrelado, como já dito, à narrativa das experiências afetivas com os parceiros atuais. Entendemos que a não intervenção das mães, em tal assunto, na medida em que ele surgiu nas entrevistas interativas, se deva à dificuldade em abordá-lo. As mesmas manifestam-se de forma livre nas conversações e, às vezes o fazem de um modo intrusivo, em outros momentos, ao longo das entrevistas.

Dentre os cinco filhos que abordaram o tema, Amanda, Elisa e Breno o vincularam ao ato de “morar junto” ou casar, enquanto Henrique e Caio o ligaram a “morar sozinho”.

“O meu atual relacionamento flui normal, mas não tenho grandes expectativas, eu falo isso meio que comparando com minhas amigas, que moram com os pais e têm a minha idade e que têm a expectativa de sair de casa e casar. Isso não é uma coisa que eu queira para ontem, um dia vai acontecer, isso pode ter um tempo, por mais que eu já tenha 32 anos e algumas pessoas pensem que já está mais do que na idade... gente jovem, eles são mais preconceituosos, é curioso isso, porque pressão dos pais não tem... Eu fico tranqüila porque eu acho que as minhas escolhas podem ser tranqüilas, se eu namoro uma pessoa e não dá certo eu não

preciso achar que o mudo acabou, eu tenho tempo de conhecer outra pessoa e dar certo, pode ser uma coisa sonhadora de achar que tudo dá tempo, mas acho que é possível, é um processo normal, eu conhecer alguém e aí então casar, construir família...” (Elisa)

“A gente vive num mundo capitalista, não vou sair de casa pra passar maus pedaços, quero manter o padrão, só saio quando tiver essa certeza, condições para isso com duas fontes de renda vai dar, eu não moraria sozinho, você chega é aquele silêncio, eu gosto de ter alguém, e segundo, tem a questão financeira, hoje pra manter um apartamento, razoavelmente bom, eu sozinho como única fonte de renda, fica difícil. Combinei com a minha mãe 2 anos, tem que correr atrás, comecei a trabalhar com 17 anos em uma casa de festas, comprei meu primeiro carro lá....quero comprar e montar um apartamento junto com a minha namorada nesse bairro que eu moro e casar. Vou sentir falta do condomínio, que tem tudo ... mas vou ganhar em liberdade, vou decorar do meu jeito, não gosto do jeito da minha mãe, nada aqui eu escolhi, é tudo da minha mãe...” (Breno)

“Eu quero morar com o meu namorado, a gente tem uma relação legal, mas ele é muito inseguro, acomodado mesmo, não vejo ele se movimentando para isso, só eu que abordo, ele fica na dele, acho que está distante, vou ficando por aqui, estou bem aqui, a minha relação com ela é boa, a gente se entende bem... Mas é uma coisa que eu sei que eu quero, morar com alguém, ter a minha casa, do meu jeito.” (Amanda)

“Estou ficando com uma menina, mas não temos planos de compromisso ainda. No momento, preciso me focar em um concurso que vai ter daqui a uns meses, vou estudar e daí vou poder morar sozinho, se não tiver alguém, consigo me ver morando sozinho. Aí vem essa sensação de que eu estou atrasado nas coisas.... mas eu me adapto, não dá pra ficar assim revoltado. A tendência é a relação com a minha mãe ficar melhor quando eu sair, a rotina pesa muito, desgasta muito, vai sobrar para as coisas mais agradáveis, minha mãe vai fazer 60 anos, se aposentou, não dá para conversar sobre determinados assuntos. Tem coisas que não vão mais mudar, que você tem que passar ao largo, driblar, a tendência é ter conversas mais leves, acabando a rotina, você pode sair para almoçar junto, conversar....” (Henrique)

“O meu namoro não é um compromisso para um futuro assim... falamos dos nossos planos pessoais, tipo estudar fora, morar sozinho, ela já mora sozinha, eu gostaria de morar sozinho, minha mãe não gosta muito da idéia não, mas o meu pai pensa diferente... ela acha que tem que sair quando casar, é mais debaixo da asa dela mesmo, é mãezona..... meu pai é mais tranqüilo nisso...O meu ponto de vista é o seguinte, tem uma hora que a gente tem que sair de casa mesmo, tem que viver a vida por si. Eu tenho essa idade e morar com os pais é estranho, realmente, quase 30 anos, estava já na hora de sair, não me soa muito bem isso... Mas, não moraria no lugar onde eu moro, não sairia como eu saio, não teria os hábitos que eu tenho, ia sobrar muito pouco, pagar luz, gás, telefone... Eu não almejo ser um cara rico, mas quero ter uma casa boa, viajar nas férias, ter um bom carro. Acho que levo uns 2 anos para sair, nesse tempo minha condição financeira vai melhorar muito... O tempo de formação de um médico é o maior de todas as profissões, é muito longo...Se colocar numa balança de vantagens e desvantagens de morar com eles, hoje em dia tem mais vantagens, muito mais que desvantagens, as desvantagens acabam pesando menos...” (Caio)

Sem dúvida, os filhos se sentiram mais confortáveis, na abordagem da futura saída de casa, na ausência das mães. Diante dessa constatação, consideramos a possibilidade de apresentar as narrativas na forma de relato individual, na contramão de nossa perspectiva relacional. Tal atitude se justifica em virtude de podermos refletir sobre a saída de casa a ser negociada na relação. É possível que esta saída esteja sendo construída, diariamente, sob a forma de minúsculos detalhes da vida cotidiana. Percebemos, entre os entrevistados, expressões como: “dois anos”, “está distante”, “um dia vai acontecer”, “atrasado nas coisas”, para dar conta do sentido da dimensão temporal na construção da saída negociada.

A saída negociada contrasta com a ruptura intempestiva da relação, com o “ser expulso” ou com a saída à revelia dos pais. Portanto, a saída negociada é um acordo, fruto de negociações e renegociações cotidianas, que de certa forma estabiliza a relação. O compasso de espera da saída é vivido de forma singular: todavia, podemos afirmar que se trata de uma convivência fundada em minilutas diárias, travadas para garantir a continuidade, até que a saída possa ser enunciada.

A saída negociada implica a idéia de que ambas as gerações conhecem suas reais possibilidades de romper o acordo. De um lado, os filhos podem a qualquer momento sair, a despeito das perdas financeiras ou emocionais envolvidas nesse ato. Por outro, esse é um processo no qual os pais não podem recorrer, sendo que seus únicos recursos seriam o consentir.

Entendemos que, em um ambiente familiar situado em condições favoráveis à saúde mental de seus membros, a saída negociada é um processo apoiado sobre o incentivo explícito ou não explícito por parte dos pais. De acordo com Maunaye (2001), as intenções escondidas nas comunicações não explícitas ajudam o filho a tomar a decisão. Ele pode perceber a mensagem, caso ela se desdobre em atos, como por exemplo a compra de um objeto para a futura casa ou a abordagem de um assunto ligado às vantagens da vida independente, fora do reduto familiar. Para Singly (1996), no entanto, o ato da saída, em geral, é uma iniciativa do jovem. Esta comunicação é parte de um processo iniciado na esfera relacional, no qual o incentivo dos pais à autonomia impulsiona as atitudes do filho, no sentido de tomar a decisão. Essa seria uma visão de incentivo explícito.

Dessa forma, o ato de orientar ou dar a entender sobre a saída, por parte dos pais, pode ser visto como uma atitude de desvalorização da capacidade de emancipação do filho, como também pode construir uma imagem negativa do mesmo aos seus próprios olhos e aos dos outros. Além disso, poderia constituir uma injunção contraditória, tornar o campo relacional ambíguo, uma vez que as vozes contrastantes implicam em desorientação.

Portanto, a saída negociada se insinua como um possível e futuro fruto de um interjogo dinâmico, vivido no espaço da relação, e situado no microcosmo da cotidianidade. A dimensão temporal assume importante lugar nesse contexto, ela tenta fixar uma ordem no ritmo da vida dos envolvidos e distinguir o tempo individual do tempo familiar. Este último estaria atrelado à noção de projeto familiar, no qual os membros compartilham um programa, não só espacial, como temporal.

5.5.4

O sentido de ser família

Diante das visões contrastantes de pais e filhos analisadas e discutidas acima e da noção de que ambas as gerações dispõem de recursos próprios de poder e barganha, de que forma poderíamos entender a escolha de permanecerem juntos? Simplesmente aceitaríamos o discurso sobre as perdas financeiras dos filhos ou poderíamos levar em conta que esses membros possam perceber a família como um lugar de pertencimento, no qual a autonomia não aparece como um oposto? Isto é, pode-se pertencer e ser autônomo ao mesmo tempo, sem comprometer o equilíbrio familiar. Nesse ponto, nos reportamos a Minuchin (1974) que nos alerta para o fato de que, no contexto familiar, tanto o pertencimento quanto a autonomia se situam nos pólos de um sistema de diferenciação, e se referem mais a um estilo interativo que a uma diferença qualitativa entre o funcional e o disfuncional. Nesse sentido, e dentro do *continuum* familiar, entendemos que essas posições possam alternar-se de acordo com as necessidades do momento.

Assim, o espaço familiar, além de ser um lugar de apoio privilegiado e de trocas mútuas, também possibilita os conflitos e, em consequência, disponibiliza modos de lidar com os mesmos: os acordos e as negociações. Nesse sentido,

entendemos que esse espaço contrastante seja visto de uma forma muito peculiar. A perspectiva do “familiar”, do estar à vontade e do aconchego sobrepõe-se ao mal-estar.

A ótica do “familiar” se estrutura, para DaMatta (1985), na lógica da casa. A rua é vista como o local do “cada um por si”, percepção que revela uma noção negativa do individualismo, do conflito aberto e da discussão. Em casa, imperam a intimidade, os afetos e o respeito, definido pelos sexos e as idades. A lógica da autoridade e da hierarquia conformam a família como um espaço moral. No entanto, DaMatta relativiza estes discursos, em função da classe social em questão. Assim, as classes mais populares teriam tendência a pôr em relevo a lógica da casa, e as mais privilegiadas, a da rua. Entendemos que os segmentos médios e médios altos das camadas urbanas da sociedade brasileira sejam muito influenciados pela ideologia individualista, o que neutraliza um pouco essa polarização entre as esferas privada e pública.

De todo o modo, nos diz DaMatta (1978), em nossa cultura, antes de ser indivíduo, se é uma pessoa, e, com isso, a família e a casa se transformam em eixos dos relacionamentos pessoais e de ligação com o mundo de fora. Acreditamos que essa ótica possa ainda estar presente no imaginário do brasileiro e funcione como uma espécie de sombra, diante dos norteadores ideológicos contemporâneos, sobretudo o individualismo. Uma visão que auxilia na compreensão dessa perspectiva de convivência entre a tradição e a novidade nos é fornecida por Costa (2004). Esse autor comenta que “a tradição não se perdeu, nós é que lutamos para retirá-la de seus nichos seculares” (p. 16). Entendemos que todo um conjunto de pensamento crítico em relação ao *modus vivendis* contemporâneo aponte para as perdas de referências ocasionadas pelo desmoronamento das instituições tradicionais. Apesar disso, acreditamos que o mundo que nos antecedeu não era o melhor dos mundos, como também não temos motivos para crer que o mundo atual seja melhor. Assim, titubeantes, realizamos nossas escolhas.

Lipovetsky (1997) afirma que continuamos guiando nossas ações, classificando-as e hierarquizando-as, segundo suas potencialidades de gerar o bem e o mal, à moda da tradição. Nessa perspectiva a idéia de herança implica em uma espécie de filtragem, em escolhas e estratégias. Podemos partir do princípio de

que somos passivos diante da herança. De certa forma, somos obrigados a receber algo que é mais antigo, mais poderoso e duradouro do que aquilo que é visto a nossa frente. Todavia, para que possamos reafirmar o que herdamos ou trilhar outros caminhos é preciso agir ativamente e, então, vamos escolher, sacrificar, preferir ou excluir. A perspectiva do familiar, da intimidade, dos afetos e do respeito pode assumir um nível variável de importância nas escolhas pessoais. Essa estrutura pode permitir a um filho adulto e em processo de saída negociada um bom terreno de apoio.

Dessa forma, encontramos no espaço familiar os “nichos da tradição”, bem como as repercussões das mudanças culturais contemporâneas sobre os membros da família. O viver em família é atravessado por esses eixos, que instigam a um constante movimento de ir e vir na dimensão relacional. Paralelamente, o prolongamento da convivência confere a esse espaço um sentido de trocas mútuas, permanentemente negociadas no cotidiano, ou seja, confirmadas e reconfirmadas ao longo do tempo. Esses membros atualizam, em suas conversações, os limites da convivência: a saída negociada ou a possibilidade de ruptura. Sendo assim, as esferas espaciais e temporais são constantemente discutidas no âmbito da relação. A opção por permanecerem juntos, apesar da consciência de poderem se separar, parece ser “finamente” articulada nos detalhes da convivência.

. Um ambiente “familiar”

A perspectiva do “familiar” é forjada na confiança e na certeza de que se pode ser espontâneo sem medo de retaliação. É uma certeza e uma confiança básica que asseguram ao indivíduo o poder de expressar seus sentimentos na situação interativa, em um ambiente de apoio. É importante ressaltar que esses seriam momentos especiais que, raros ou não, podem ser observados na dinâmica entre pais e filhos adultos.

A ótica do “familiar” abarca uma via de mão dupla. Isto é, o contexto de vantagens e desvantagens na convivência é válido para ambas as gerações, de forma que tanto uma quanto outra podem experimentar altos e os baixos da mesma.

“Filho é sempre bom, cada época tem seu encanto...O encanto dessa? Ah, as idéias, os projetos, isso anima a gente, ouvir isso é bom, estimula...Eles estão sempre criando coisas, fazendo, com energia...” (Eva)

“Sair de casa só casando e assim mesmo se eu puder manter esse padrão, se não, se for para viver mal e controlando dinheiro, nem pensar... Assim vou viver namorando...” (Elisa)

“Acho que ela deve gostar muito daqui, né? (Eva)

“É, eu disse isso, eu tento fazer isso, me aposentar dessas tarefas de dona de casa, mas nem sempre consigo.... As coisas fogem do que deveriam ser, aí eu volto aos afazeres...” (Flávia)

“Ah tem uma pressão, mas eu faço as coisas, posso não fazer na hora que ela quer, mas faço ...” (Filipe)

Os relatos acima corroboram com a visão de que, mesmo não sendo uma convivência completamente agradável, uma unanimidade, ela pode proporcionar um conforto. O conforto do “familiar” pode se sobrepor ao conforto em outras dimensões, que se situem fora desse domínio. Isso pode querer dizer, também, que entre a pressão, o atrito ou a divergência em casa e a mesma situação no ambiente externo, a primeira condição, pelo menos, é mais “familiar”, mais conhecida, além de ser temperada pela incondicionalidade de afeto.

Essas afirmações nos levam a pensar sobre a forma como esse conforto “familiar” privilegia o aparecimento ou a oportunidade de expressão de experiências emocionais, importantes para a continuidade de ser, nos termos de Winnicott. Dentre as famílias entrevistadas, seis delas, A, B, C, E, F e G referiram-se a um momento especial de convívio, no qual o aconchego familiar aparece de forma clara e desejada.

“Temos uns momentos bem gostozinhos, nas sextas, comemos sanduíche vendo novela, depois vemos um filme comendo pipoca...” (Amanda)

“É mesmo, sentamos as duas no mesmo sofá e ficamos falando, comendo e assistindo, na verdade, acho que falamos muito, comemos mais ou menos e assistimos pouco ...” (Alice)

“Nos almoços de fim de semana, ele é um bom parceiro na cozinha, eu começo e ele finaliza. (Flávia)

“Modéstia à parte, faço ótimos grelhados e ela é boa no risoto.” (Filipe)

Estas famílias parecem provocar o aparecimento desses momentos especiais. Acreditamos que para um “ambiente familiar” emergir seja requerida a porosidade dos espaços individuais. Dessa forma, há possibilidade de fluidez, necessária para a passagem aos sentimentos compartilhados.

“Nos almoços de final de semana, em geral, estamos todos, eu faço a comida, ponho a mesa e eles ajudam a tirar, quando terminamos. Sai muita brincadeira, reclamam, se servem um antes do outro, sai piada, sai história de trabalho, sai de tudo, é ótimo, temos um ambiente muito liberal.” (Cláudia)

“A gente faz brincadeira de tudo, muita gozação.” (Caio)

Nesta atividade doméstica cabe o significado de integração das participações individuais, que passam para o registro coletivo, ou espaço potencial, de acordo com o vocabulário de Winnicott. Esse momento é reconhecido como integrador e é estimulado e instigado pelos membros da família, como um modo de promover o encontro nessa área de convívio.

“Domingo, logo de manhã meu pai está lendo jornal eu sento do lado dele, me encosto nele leio junto, ela está por perto...” (Elisa)

“É realmente uma leitura de jornal democrática, lemos ao mesmo tempo e sem falar, fica todo mundo quietinho...” (Eva)

A dinâmica familiar permite essa movimentação, um exercício constante de vai-e-vem que, como nos diz Winnicott, viabiliza o estímulo e a evolução de algo da ordem da continuidade de ser. Acolhimento e confiança ganham, assim, uma especial proporção se referidos a idéia de família como possibilidade de um espaço potencial. Winnicott (1971) diz que este espaço se inicia a partir de um estado de confiança “que se desenvolve quando a mãe pode desempenhar de maneira suficiente essa difícil tarefa.” (p.70) Nesse espaço se pode brincar, passar da dependência para a independência, em um fluir constante, “como a maré montante e a maré vazante.” (p. 66)

Winnicott, ao criar o conceito de espaço potencial, une as dimensões subjetiva e objetiva, de modo que o subjetivamente concebido e o objetivamente percebido se alternem, sobreponham-se ou se integrem. “Experimentamos a vida na área dos fenômenos transicionais, no excitante entrelaçamento da subjetividade e da observação objetiva, e numa área intermediária entre a realidade interna do

indivíduo e a realidade compartilhada do mundo externo aos indivíduos.” (1971, p. 93)

“No sábado tento acordar mais tarde, mas sinto o cheiro ou imagino, não sei, do café na cozinha e saio da cama, tomo um cafezinho com a minha mãe e volto para a cama, adoro isso.” (Breno)

“Gostamos de café forte, tomamos em pé mesmo, nem sentamos.” (Berenice)

De acordo com Winnicott (1965), afastar-se da dependência e a ela poder retornar leva a concepção de que a maturidade é algo que não existe, não se completa, a maturidade seria relativa. Conforme o autor, o adulto maduro tem a seu dispor todos os estados passados de imaturidade, e pode fazer uso deles por necessidade, por diversão, nas experiências secretas de auto-erotismo ou nos sonhos.

“Há assim duas tendências. A primeira é a tendência de o indivíduo afastar-se da mãe, do pai e da família, adquirindo a cada passo maior liberdade de pensamento e ação. A outra tendência, que atua no sentido oposto, é a necessidade de conservar ou retomar o relacionamento com o pai e mãe. É esta segunda tendência que permite que a primeira constitua uma etapa do crescimento e não uma desarticulação da personalidade do indivíduo.” (Winnicott, 1965, p.134)

Assim, no decorrer do seu desenvolvimento emocional, o indivíduo sadio é capaz de ir e vir livremente de um estado para o outro: a maturidade se torna um *devoir*. Para Armony (2006), o brincar no espaço potencial pode permitir o alcance de uma “dependência madura”. A experiência de transicionalidade vivida na interação entre pais e filhos adultos abarca, dessa maneira, a idéia de reconstrução. A integração ou a alternância entre os estados objetivo e subjetivo propiciam o movimento de expansão e reestruturação destes indivíduos.

. A ótica da parceria

A redefinição dos estatutos da relação é uma conquista vivida na interação. As negociações ampliaram os espaços individuais e os legitimaram. Dessa forma, a idéia de filho-outro está intimamente vinculada a de pais-parceiros. As duas gerações atingiram estas circunstâncias em paralelo, por meio de transformações

que as afetaram de forma complementar. Acreditamos que a boa distância, uma invenção da família, possa preservar este espaço potencialmente reestruturador, assegurando a existência do ambiente familiar.

“Eu começo a cozinhar, o meu pai abre uma cerveja.... Se for fazer um risoto abre um vinho A gente vai conversando, vai bebendo (Gabriela)

“Eu corto cebola..... Eu faço isso com a minha esposa normalmente.... Eu lavo a louça, a esposa corta os legumes,... A comida da Gabriela é maravilhosa, é diferente , somos auxiliares de cozinha dela” (Gil)

Nesse ambiente, uma proximidade suficiente permite o compartilhamento e a circulação da intimidade. A dinâmica de afastamento e proximidade é estabelecida de acordo com as prioridades que se apresentam. Esta interação é possível em função do manejo preciso dos níveis das dimensões em questão.

Talvez possa ser útil, na tarefa de refletir sobre a parceria na relação, pensá-la sob a perspectiva de seu contrário, ou seja, a falta dela. Na família F, como já mencionado²², Flávia assume uma posição hierarquizada na relação com o filho: “A casa é nossa, é nossa responsabilidade o pagamento das contas.” O desequilíbrio de poder, como já dito, pode gerar conflito, como também desligamento, afastamento. Dessa forma, Filipe se mantém fechado em seu quarto e pouco participa da rotina da casa. Não se manifesta diante das contas altas de luz da residência, que a mãe lhe apresenta. “Eu não digo que é para ele pagar, ou rachar, é simplesmente ajudar, economizando”, diz Flávia.

Todavia não podemos deixar de ressaltar que nessa relação existe um ganho secundário: um gozo da situação. Flávia precisa que Filipe não obedeça e este que a mãe reclame, nessa medida ambos mantêm seus papéis inalterados. Esse tipo de relação complementar é bastante comum de acordo com Minuchin: “As ações e transações de cada membro da família não são entidades independentes, porém, parte de um movimento necessário na coreografia de um *ballet*.” (1981, p. 185)

Por outro lado, se essa concentração de poder cerceia uma possibilidade maior de negociação entre eles, o desengajamento de Filipe na vida doméstica pode ter a ver com essa polarização de posições? É possível que sim, mas não

²² Item Acordos, negociações e reformulações

podemos deixar de sublinhar que Flávia queixa-se da falta de apoio do marido nas questões relacionadas à vida doméstica da família. Nesse sentido, as posições de Flávia, diante de Filipe, representam a versão dela e não a do casal parental. Frente a isso, Filipe pode não saber como agir.

Na família D, acontece a mesma falta de parceria na relação, de acordo com Doris. Diana não se engaja no ritmo da família. Todavia, identificamos em seus discursos, vestígios de um processo em andamento, quando se referem ao acordo em torno do pagamento da conta de telefone. “Ela vai pagar uma das linhas, a conta vai chegar para ela, eu e o marido expusemos, e ela concordou.” Diana aceita pagar a conta, mas faz as suas exigências: “Quero que essa linha fique no meu quarto...” Assim, dois aspectos diferentes entram em jogo nessa abordagem da família D, o apoio do marido e pai e uma redistribuição de poder, no que tange esse tema, isto é, há a concordância no pagamento, desde que seja respeitada a cláusula da filha.

O não pagamento das contas da casa, por exemplo, poderia nos servir como indicador de falta de parceria, caso o considerássemos como um ato “natural” e condizente com a prática simétrica na relação. Dentre os nossos entrevistados da geração mais nova, somente Breno participa, financeiramente, do orçamento da casa. Este contribui com uma quantia fixa, depositada todo mês na conta bancária da mãe, destinada a ajudar nas despesas em geral.

Os outros filhos não contribuem para as despesas da casa, com exceção de Diana, que começará a pagar uma das linhas de telefone da residência. Falta de parceria? Talvez possamos tentar pensar sobre essa questão, a partir de dois aspectos estreitamente articulados, entretanto, deixemos claro que a parceria não é uma dimensão fixa, ela faz parte do interjogo relacional.

O primeiro diz respeito ao sentimento de pais provedores e o significado que esse papel pode ter assumido em suas trajetórias, no sentido de investir na felicidade dos filhos, uma característica dessa geração, fortemente marcada pelas circunstâncias do “maio de 68”. O segundo reporta-se à necessidade de manter esse *status*, em um momento do ciclo vital familiar, ligado à separação. Dessa forma, expressões como “somos os donos da casa”, “é nossa responsabilidade”, “não precisamos”, “ele ganha pouco”, “ajudo dessa forma”, revelam o significado imputado às suas funções.

Numa atitude complementar a esses dois aspectos, os filhos acomodam-se a uma situação que, ao menos em sua aparência, parece ser confortável. Contudo, o ato de não participar no pagamento das contas da casa é revelado pelos filhos de forma que sugere desconforto e, portanto, parece que estamos diante de um terreno ambíguo. Paira no ar um clima de cobrança proveniente da esfera social, algo da seguinte ordem: “minha família não cobra, mas o social reage”. A repercussão do tema nas mídias impressas e televisivas endossa essa percepção, pois o assunto é abordado, sempre, de forma a chamar a atenção para o fato de essas famílias manterem os filhos como “hóspedes” de “hotéis de luxo”. Alguns títulos de artigos nos servem de suporte para essa afirmação, como “Na casa da mamãe”; “Eu sou da mamãe, sair de casa para quê?”; “Daqui não saio: a “Geração Canguru””, dentre outros²³.

Assim, entendemos que o não pagamento de contas da casa pelos filhos representa, por um lado, a atitude protetora dos pais e a respectiva posição complementar dos últimos e, por outro, indica a manutenção dos papéis de ambos, revelando uma prática assimétrica nesse campo da relação. Mesmo assim, diante das incertezas do mundo de fora, do desconforto frente aos preconceitos sociais, entre outros, a perspectiva do familiar ainda assume um lugar relevante e a ótica da parceria indica a mutualidade.

Os momentos nos quais identificamos a ótica da parceria, se referidos a uma atividade doméstica, convergem para as refeições em comum. Sejam elas formais, com mesas arrumadas, ou mesmo informais, como os sanduíches no sofá, são momentos em que o companheirismo se faz presente, mesmo que destacado da idéia da co-participação concreta na realização da refeição.

Ao lado disso, o sentido de parceria parece estar muito ligado às atividades prazerosas em comum, como conversar, viajar, ler jornal, ou tomar um cafezinho.

“Eu adoro conversar com ele, sobre tudo, ele é meio filósofo ... (Helena)

“É bom conversar com ela, ela tem um lado meio dramático...” (Henrique)

“Eles adoram viajar, sempre que posso, vou junto, é ótimo, temos tempo para conversar, ficar juntinho...” (Elisa)

²³ “Na casa da mamãe”, revista *Época*, São Paulo, 27/09/2004; “Eu sou da mamãe, sair de casa para quê? *Jornal da Tarde-Domingo*, O Estado de São Paulo, 30/04/2006; Daqui não saio: a “Geração Canguru”, *Jornal Zero Hora*, revista *Donna*, Porto Alegre, 30/04/2006.

“Acho isso precioso, porque eu amo viajar e a minha filha é uma grande companheira.” (Eva)

Lipovetsky (2002) ressalta que a sociedade atual traduz o apagamento da moral tradicional, dos deveres, das obrigações e dos sacrifícios. Essa lógica encontra eco na família, pois, apesar do grande número de divórcios, uniões livres e filhos fora do casamento, a família, hoje, se encontra novamente no pedestal, segundo sua visão.

O novo sopro ideológico da família não significa de forma alguma uma reabilitação dos deveres familiares, ou seja, submissão do indivíduo aos deveres em relação à coletividade representada pela família, mas ascensão de uma família psicologizada, *à la carte*, emocional, gerida segundo os princípios da autonomia individualista. (p. 28)

Nessa medida, entendemos que o individualismo, tomado como ideal norteador de nossa sociedade, não significaria o fim da responsabilidade e da solidariedade e, sim, implicaria em uma nova forma de participação, mais livre e menos rígida. Na família de adultos, essa participação seria flexibilizada ao ponto de poder abrigar a alternância de dimensões relacionais. Sendo assim, reafirmamos que a parceria é uma conquista, constitui-se na dinâmica da relação, no jogo interativo.